

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

A arrancada

Na feliz expressão do novo Presidente da Mesa, o XXXI Congresso do PSD representou uma arrancada do partido, rumo ao poder, ao serviço de Portugal e ao serviço dos portugueses.

Manuela Ferreira Leite foi aclamada como nova líder do PSD. Dela e da sua equipa muito se espera nos tempos vindouros. Mas sejamos claros : só um partido coeso, unido e mobilizado á sua volta será capaz de fazer renascer a esperança dos nossos concidadãos. É tempo, pois, de esquecer divergências, de enterrar quezílias, de sanar conflitos. E de apresentar propostas alternativas de governação. Consistentes, visionárias, exigentes.

É este o repto que nos lança a sociedade portuguesa. Saberemos estar à altura das nossas responsabilidades. Saberemos superar a adversidade e eliminar os obstáculos. Não desistiremos. Não nos conformaremos. Combateremos, incessantemente, pelos nossos valores e pelos nossos ideais. E quando conquistarmos o poder colocaremos em prática o nosso projecto de sociedade.

É esta a alma do PSD. É esta a única razão de ser da arrancada do PSD. É esta a história do XXXI Congresso do PSD.

Jorge Neto

Paulo Rangel é o novo Líder Parlamentar
O Grupo Parlamentar
será a “ponta de lança”
mais visível do combate
político do PSD



Vice Presidente
José Manuel Ribeiro



Vice Presidente
Agostinho Branquinho



Vice Presidente
Montalvão Machado



Vice Presidente
José Eduardo Martins



Vice Presidente
Luís Campos Ferreira



Vice Presidente
Ricardo Martins



Vice Presidente
Hugo Velosa



Vice Presidente
Regina Bastos



Secretário
Joaquim Ponte



Secretário
Luís Rodrigues

Actividades do PSD

Paulo Rangel

é o novo Líder Parlamentar do PSD

Paulo Rangel foi eleito líder parlamentar do PSD com 41 votos a favor, 23 contra, seis votos em branco e dois nulos, anunciou o deputado social-democrata Fernando Santos Pereira.

Participaram na eleição 72 dos 75 deputados do PSD.

O novo líder parlamentar agradeceu, na sexta-feira, a “confiança largamente maioritária” que recebeu dos seus colegas de bancada e disse que o principal objectivo da sua direcção será merecer a confiança dos portugueses.

“O principal objectivo desta direcção do grupo parlamentar será merecer a confiança que os portugueses investiram nos deputados do PSD, em cada deputado do PSD para exercer o seu mandato político como manda a Constituição”, disse aos jornalistas Paulo Rangel, após a divulgação dos resultados da eleição.

Escusando-se a responder a perguntas a seguir à sua declaração, Paulo Rangel começou por “agradecer a confiança largamente maioritária” - 57 por cento de votos a favor, considerando o total de votantes - que os deputados do PSD depositaram na sua lista, a única que foi hoje a votos.

“Enfim, esta foi a parte mais fácil da tarefa que me espera”, considerou. “Teremos agora de, no dia-a-dia, na bancada parlamentar, nas comissões, em plenário, muitas vezes fora da Assembleia da República fiscalizar a acção do Governo, propor alternativas e suscitar uma confiança nos portugueses”, acrescentou Paulo Rangel.

O novo líder parlamentar do agradeceu hoje a “confiança largamente maioritária” que recebeu dos seus colegas de bancada e disse que



o principal objectivo da sua direcção será merecer a confiança dos portugueses.

b“O principal objectivo desta direcção do grupo parlamentar será merecer a confiança que os portugueses investiram nos deputados do PSD, em cada deputado do PSD para exercer o seu mandato político como manda a Constituição”, disse aos jornalistas Paulo Rangel, após a divulgação dos resultados da eleição.

Escusando-se a responder a perguntas a seguir à sua declaração, Paulo Rangel começou por “agradecer a confiança largamente maioritária” - 57 por cento de votos a favor, considerando o total de votantes - que os deputados do PSD depositaram na sua lista, a única que foi hoje a votos.

“Enfim, esta foi a parte mais fácil da tarefa que me espera”, considerou. “Teremos agora de, no dia-a-dia, na bancada parlamentar, nas comissões,

em plenário, muitas vezes fora da Assembleia da República fiscalizar a acção do Governo, propor alternativas e suscitar uma confiança nos portugueses”, acrescentou Paulo Rangel.

“Temos agora a legitimidade do título, precisamos da legitimidade do exercício”, sublinhou.

Além de Paulo Rangel, foram hoje

é professor universitário e jurista e deputado pela primeira vez esta legislatura, tendo-se destacado com uma intervenção no 25 de Abril de 2007 em que afirmou que Portugal vive em “claustrofobia democrática”.

Paulo Rangel teve a sua condição de militante do PSD – exigida para ocupar o cargo líder parlamentar do partido – regularizada apenas na

Primeira reunião da nova CPN Social-Democrata

A primeira reunião da nova Comissão Política do PSD, realizou-se na passada segunda-feira, 23 de Junho de 2008, às 16 horas, na sede nacional, à R^a São Caetano (à Lapa), n^{os} 7 e 9, em Lisboa.

Antes da conferência a Informação teve oportunidade de colher imagens e no fim da reunião, o novo Secretário-Geral, Luís Marques Guedes, fez uma breve comunicação pública.



eleitos oito vice-presidentes do grupo parlamentar do PSD: Montalvão Machado, Hugo Velosa, José Eduardo Martins, Regina Bastos, Agostinho Branquinho, Ricardo Martins, José Manuel Ribeiro e Luís Campos Ferreira.

Joaquim Ponte e Luís Rodrigues foram eleitos secretários do grupo parlamentar do PSD.

Paulo Rangel substitui o ex-primeiro-ministro Pedro Santana Lopes, que anunciou a sua demissão da liderança parlamentar depois de ter perdido as directas de 31 de Maio para a presidência do PSD, ganhas por Manuela Ferreira Leite.

O novo líder parlamentar do PSD, que se candidatou com o apoio de Manuela Ferreira Leite, tem 40 anos,

última semana.

Cessaram funções, além de Santana Lopes, seis vice-presidentes da sua direcção parlamentar, Luís Montenegro, Mário Patinha Antão, Pedro Pinto, Virgílio Costa, Ana Manso, Pedro Duarte e os secretários Maria Ofélia Moleiro, Fernando Santos Pereira e Jorge Tadeu Morgado.

Através de um comunicado, a direcção cessante quis hoje dar “nota pública do seu sentimento profundo do dever cumprido” e recordar as visitas feitas ao Algarve, à Beira Interior, ao Alto Alentejo e às regiões do Oeste e de Alqueva.

A direcção de Santana Lopes referiu, entre outros dados, que apresentou 23 projectos de lei, 10 projectos de resolução, 209



requerimentos e dirigiu 249 perguntas ao Governo.

O deputado Paulo Rangel pediu a palavra no Parlamento, na sexta-feira, para cumprimentar as outras bancadas e o Governo na qualidade de novo líder parlamentar do PSD, deixando também uma saudação ao seu antecessor, Santana Lopes.

Depois de cumprimentar as outras bancadas e de saudar o Governo, representado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Paulo Rangel fez questão de “deixar uma nota de agradecimento” à anterior liderança parlamentar e também “aos eleitores” do PSD, assegurando que pretende contribuir para o debate “com propostas alternativas”.

Paulo Rangel assumiu assim o lugar à frente da bancada do PSD, depois de ter sido eleito quinta-feira com 41 votos a favor e 23 contra.

O ministro Augusto Santos Silva foi o primeiro a responder à interpeação, desejando “os maiores êxitos” à nova liderança parlamentar.

O líder da bancada do PS, Alberto Martins, cumprimentou “a actual e a anterior” liderança da bancada do PSD com quem manteve “relações pessoais cordiais” e manifestou a convicção de que o “diálogo e o contraditório” serão “pautados pelo rigor”.

Luís Fazenda, líder da bancada bloquista, congratulou-se com a eleição de Paulo Rangel, deputado “de mérito e de excelente afabilidade” e o líder da bancada do PCP, Bernardino Soares, cumprimentou igualmente a direcção da bancada.

Pelo grupo parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio saudou a anterior e a nova liderança da bancada social-democrata, garantindo que os democratas-cristãos terão nos debates “uma discordância cordial” com o PSD.

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, destacou o “contributo notável” de Paulo Rangel à vida parlamentar, não deixando de registar, em tom de brincadeira, que o deputado já introduziu uma mudança devido ao novo estatuto de líder da bancada.

Jaime Gama notou que Paulo Rangel usava gravata apesar de ser sexta-feira, dia da semana em que o deputado costumava vestir-se de forma

informal, como acontece em muitos locais de trabalho, num hábito que ficou conhecido na forma inglesa como “casual Friday”.

Paulo Rangel: Um homem capaz de fazer pontes e não exclusões (*)

Quem conhece o novo líder do grupo parlamentar do PSD diz que ele será uma pessoa capaz de fazer a união na bancada laranja. É ainda descrito como um homem culto que não dispensa uma boa almoçarada com os amigos nem o uso do telemóvel

Pessoa muito frontal mas que não excluiu aqueles que pensam diferente

Homem muito ligado à família, político capaz de fazer pontes entre as diferentes facções, Paulo Rangel é descrito por amigos e conhecidos como uma pessoa culta e de um nível intelectual muito elevado. A isto junta a vantagem de não ser um homem do aparelho partidário. Não é por acaso que a adesão ao PSD, como militante, só se dá a 6 de Maio de 2005.

As primeiras ligações ao PSD verificam-se em 2000. Paulo Cutileiro Correia, que viria a ser vereador na Câmara do Porto de 2002 a 2005, e Pedro Duarte (então líder da JSD), desafiam-no para integrar o Conselho Consultivo da distrital do PSD no Porto. “Sempre foi um homem com um forte empenhamento cívico, que não se esconde atrás do biombo”, conta Cutileiro. Que dava os primeiros passos nas salas de aula da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto no mesmo ano em que Rangel se estreava como docente.

“Tornou-se um dos professores mais populares, mesmo entre aqueles que gostaram menos do curso, também por saber de cor os nomes de todos os seus alunos”, acrescenta Paulo Cutileiro Correia, que garante também que foi o seu antigo professor o primeiro a falar na unificação do Porto e Vila Nova de Gaia.

Ainda na política, em 2001, com José Pedro Aguiar-Branco e Valente de Oliveira, redige o programa eleitoral de Rui Rio à Câmara do Porto.

Fora da política, Paulo Rangel é visto como um homem muito ligado à família e aos amigos. Rui Moreira, presidente da Associação Comercial do Porto, destaca-lhe também “o

sentido de humor”. Grande amigo do novo líder parlamentar do PSD - “não precisa de avisar que vai a minha casa, basta bater à porta” - Rui Moreira descreve-o como sendo “uma pessoa frontal”. Por isso, acredita, não terá problemas em assumir posições discordantes das da líder do PSD. “Em particular, naturalmente, porque não é pessoa de lavar roupa suja na praça pública”, assegura.

Face a esta frontalidade, e ao seu grande sentido de responsabilidade pública, Paulo Cutileiro Correia e Aguiar-Branco acreditam que Rangel será um homem de união na banca parlamentar dos sociais-democratas. “Ele não é uma pessoa de excluir, mas sim de unir”, afiança Cutileiro. Já Aguiar-Branco acrescenta que Rangel “tem uma maneira de ser que é fácil de criar empatias e fazer pontes com as pessoas, além de ter muito respeito pelas ideias diferentes”.

Ao grande gosto pela poesia, conta

brilhantismo intelectual e a profundidade das reflexões”. Tem também “um grande fascínio pelos livros e um conhecimento profundo sobre todos os dossiers”, refere Paulo Cunha e Silva, que adianta ainda a grande “abertura às questões fracturantes”. - (*) Por Hélder Robalo, cortesia do Diário de Notícias

Mendes Bota candidato à liderança do PSD-Algarve

Reforçar a posição do partido no mapa autárquico do Algarve e contribuir para derrubar o governo socialista são os dois principais objectivos de Mendes Bota, candidato à liderança do PSD/Algarve, que vai disputar com Macário Correia.

O candidato e também actual líder distrital divulgou hoje em Faro a composição da comissão de honra da sua candidatura, cujo mandatário é o presidente da Câmara de Castro



Aguiar-Branco, Paulo Rangel junta outros prazeres mais “mundanos”. “Gosta muito de uma grande almoçarada com os amigos e, aí, relaxa e deixa cair uma postura mais formal”, conta o antigo ministro da Justiça. E, como homem do Porto que é, não dispensa uma boa francesinha ou um dia ao futebol. É-lhe ainda conhecido o gosto pelas longas caminhadas a pé.

O telemóvel é um dos grandes vícios de Paulo Rangel. “Acredito que num bolso do casaco traz a carteira e no outro uma bateria suplente, porque ele passa horas ao telefone”, conta Paulo Cutileiro Correia, que, ao longo dos anos, foi criando uma forte amizade com Rangel. “Ele tem uma grande facilidade em fazer amizade com pessoas de todas as faixas etárias”, acrescenta.

Nos tempos livres, a leitura é outro dos hobbies. Agostinho Branquinho, por exemplo, destaca-lhe “o

Marim e que inclui mais quatro presidentes de Câmara do Algarve.

As eleições para os órgãos distritais do partido estão marcadas para 11 de Julho, depois de em finais de Maio Mendes Bota ter anunciado a antecipação do acto, inicialmente previsto para Dezembro.

Na altura, Bota apresentou-se como candidato à sua própria sucessão e justificou a antecipação das eleições com a necessidade de começar a preparar o trabalho para as eleições autárquicas de 2009.

Em meados de Junho, foi a vez do presidente da Área Metropolitana do Algarve (AMAL), Macário Correia, de avançar como candidato à liderança do PSD/Algarve, mostrando-se disponível para apresentar uma alternativa “com um estilo diferente”.

Assumindo querer mais do que as actuais nove câmaras algarvias com maioria social-democrata, Mendes Bota afirmou ainda querer ajudar o

Membros do Conselho Nacional eleitos pela emigração

Delegados da Europa

Carlos Gonçalves
António Francisco Dias Costa

Delegados Fora da Europa

Carlos Páscoa Gonçalves
Victorino Fontinha Rodrigues



partido a reconquistar o poder a nível nacional.

Mendes Bota criticou o governo de José Sócrates pelo facto do Governo alegadamente não investir “quase nada” do Orçamento de Estado em obras significativas para a região, o que está a acontecer pela “primeira vez”.

“O Orçamento de Estado saca do Algarve milhões de euros todos os anos, mas dá apenas reles gorjetas para investimento público”, criticou o candidato ao PSD/Algarve.

Mendes Bota recusou ainda que a sua candidatura seja considerada uma “contra-corrente” dentro do PSD. “Esta direcção não será uma correia de transmissão de qualquer estratégia de jogos oposição internos”, afirmou, concluindo que esta candidatura tem um “sabor especial”, pois não estava à espera de tanto apoio.

As eleições para os órgãos distritais estão marcadas para 11 de Julho.

Aguiar Branco defendeu hoje no Parlamento que o ministro das Obras Públicas deve revelar os custos das obras previstas pelo Governo

O dirigente social-democrata José Pedro Aguiar Branco defendeu hoje no Parlamento que o ministro das Obras Públicas deve revelar os custos das obras previstas pelo Governo e rever o investimento público como propõe o PSD.

Numa declaração política em plenário, Aguiar Branco, um dos elementos da nova direcção do PSD liderada por Manuela Ferreira Leite, reiterou a crítica ao “constante anúncio de novas e faraónicas obras públicas”, defendendo a “urgência da canalização de recursos às instituições” que combatem a pobreza.

O vice-presidente do PSD disse ter esperança que o ministro Mário Lino divulgue ao Parlamento “o custo para o erário público do financiamento destas obras - coisa a que ainda não respondeu em comissão e que portanto os parlamentares e os portugueses desconhecem”.

Sem precisar a que obras públicas

se referia, José Pedro Aguiar Branco acrescentou que espera, após a divulgação do custo das obras, que Mário Lino “reveja o investimento público no sentido que o PSD propõe”.

Na sua intervenção, o deputado e dirigente nacional do PSD criticou “o constante anúncio de mega-projectos PIN (Projectos de Potencial Investimento Nacional)”, acusando o Governo de “novo-riquismo político”.

Aguiar Branco exigiu hoje José Sócrates, esclareça “se as relações do senhor ministro da Agricultura com os parceiros sociais se passaram a pautar por critérios preconceituosos de opções políticas”.

“O ministro da Agricultura [Jaime Silva] acusou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) de se encontrarem ao serviço da extrema-esquerda e da direita mais conservadora”, referiu José Pedro Aguiar Branco, numa declaração política no plenário da Assembleia da República.

“O primeiro-ministro deve esclarecer rapidamente o país se as relações do senhor ministro da Agricultura com os parceiros sociais se passaram a pautar por critérios preconceituosos de opções políticas”, defendeu o deputado do PSD.

Aguiar Branco acrescentou que, “em todo o caso, o primeiro-ministro deve rever também, em baixa, a autoridade de Estado do seu Governo”.

De acordo com Aguiar Branco, o Governo tem revelado “falta de saber para o correcto exercício da autoridade” e “confunde, amiúde, o sentido de Estado a que a sua acção devia obedecer com o sentido partidário com que, na prática, actua”.

Quanto à autoridade do Governo, Aguiar Branco refere ainda que o executivo se tem colocado “de cócoras à primeira reacção de força de quem se lhe oponha”, revelando uma “inequívoca fragilidade”.

O vice-presidente da nova direcção do PSD liderada por Manuela Ferreira Leite acusou ainda o Governo de ter falhado na concretização das reformas, de ter feito uma “enganosa

consolidação das contas públicas” conseguida “à custa da receita” e de apostar na propaganda.

Após declarar que o PSD dará especial atenção à justiça, defendendo que “não seja um entrave ao crescimento económico”, e à saúde, defendendo que se reequacione o financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Aguiar Branco observou: “Sei bem que, para uns, tudo o que referi são banalidades e, para outros, nada de diferente do que o PS diria”.

“A uns e a outros quero tranquilizar: os portugueses, na hora certa, não terão dúvidas das razões pelas quais deverão confiar de novo ao PSD, e à senhora doutora Manuela Ferreira Leite, o Governo do país”, acrescentou.

Apenas o deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares interpelou Aguiar Branco, felicitando-o pelas suas novas funções dirigentes e perguntando-lhe pelas diferenças “entre este novo PSD e o velho PS”.

“Tenho a certeza que o CDS conhece as nossas convicções, as nossas políticas, que são bem diferentes das do PS. Vai ter oportunidade também ao longo dos quinze meses que decorrem até às eleições de as acentuar”, respondeu o vice-presidente do PSD.

Educação reflecte “facilitismo governamental” e trabalha “para as estatísticas”

O PSD acusou hoje o Governo de “facilitismo” e de “trabalhar para as estatísticas” em matéria de exames nacionais, devido a uma “preocupação” com as eleições do próximo ano.

Na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, o social-democrata Pedro Duarte afirmou que o Ministério da Educação (ME) “tem dado sinais sistemáticos de facilitismo e de desincentivo ao esforço e ao trabalho”.

“O Governo está preocupado com os resultados estatísticos, sem se

preocupar com a qualificação e formação dos portugueses. Está preocupado com as eleições do próximo ano, mas pouco preocupado com o futuro das próximas gerações”, afirmou o deputado.

Nos últimos dias, algumas associações de professores e sociedades científicas criticaram alguns dos exames nacionais do básico e secundário, considerando-os “elementares” e “mais fáceis” do que os do ano anterior.

Numa audição parlamentar de cerca de três horas e meia, na qual estiveram também presentes os secretários de Estado Valter Lemos e Jorge Pedreira, foi ainda abordada a questão da violência e indisciplina escolares.

PSD desafia PS a “punir o enriquecimento ilícito”

O PSD desafiou o PS a propor uma lei para “punir o enriquecimento ilícito”, proposta apoiada pelo BE, mas a maioria socialista não deu resposta aos social-democratas.

O desafio foi feito pelo deputado Fernando Negrão no debate de um projecto de lei do PS que cria um Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), aprovado na generalidade apenas com os votos da maioria socialista e que recebeu a abstenção das restantes bancadas.

“É possível punir o enriquecimento ilícito sem inverter o ónus da prova e o PSD já o provou quando apresentou um projecto de lei nesse sentido”, afirmou Negrão, lembrando que o PS rejeitou este diploma.

O PSD, tal como o PCP e BE, defenderam no debate a criminalização do enriquecimento ilícito.

Esse diploma “é fundamental neste combate” à corrupção, afirmou Fernando Negrão.

A bancada da maioria socialista não respondeu ao desafio do grupo parlamentar do PSD.

– Fontes: Lusa, DN, TSF





Intervenção do Deputado Fernando Antunes Sobres o PPL nº 207/X (GOV) “Define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, concluídos que vão mais de três anos de mandato do actual Governo, está a chegar ao fim o processo de elaboração de um vasto conjunto de diplomas que visam regulamentar o funcionamento da administração pública e a vida profissional dos seus funcionários.

O PRACE, um novo regime de vínculos, carreira e remunerações, um novo regime de contrato de trabalho, um novo estatuto disciplinar, novo SIADAP, regime de mobilidade dos funcionários públicos; todos juntos constituem uma ampla panóplia de diplomas legais que os prosélitos mais generosos do actual Governo e da actual maioria não deixarão de classificar como uma grande reforma estrutural das administrações públicas em Portugal.

Os prosélitos voluntaristas, apesar de cada vez em menor número e cada vez mais esmorecidos, fazem o seu papel.

Porém, os cidadãos, em geral, utentes dos serviços públicos falarão de ineficiências, de crónicos atrasos e de persistentes disfunções daqueles serviços

Os empresários denunciarão as continuadas morosidades e os inquantificáveis prejuízos em tempo perdido e em arrastamentos burocráticos.

Os funcionários públicos, por seu lado, têm vindo a tornar claro o seu desalento, a sua incomodidade e a desestabilização pessoal e familiar que o Governo lhes infligiu em nome de uma reforma que todos queriam que se concretizasse, mas que só os arroubos dos prosélitos conseguem lobrigar.

Na verdade, depois de anúncios mais ou menos bombásticos, depois de debates arresados, depois de explicações labirínticas, depois de centenas e centenas de diplomas legais publicados, há que perguntar: foi feita a reforma, a verdadeira reforma, premente e inadiável, que há décadas se torna imperiosa na nossa administração pública?

A resposta é não! Rotundamente não!

A pseudo-reforma que o Governo pretende estar a ultimar é uma má reforma que não moderniza a administração pública, que não racionaliza estruturas funcionais e orgânicas, que não está orientada para os cidadãos, que não foi posta ao serviço das empresas e que sobretudo criou mal-estar, às vezes um agudo mal-estar, entre as centenas de milhares de funcionários e respectivas famílias.

Chegados a este tempo de balanço, esta é uma, mais uma, pseudo-reforma deste Governo onde se perdeu tempo, se provocaram enganos múltiplos, que não serve o País, que não apoia as empresas, que não atenta nas exigências e nas necessidades dos cidadãos e que desvaloriza os funcionários.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para além das medidas que enumerei no início da minha intervenção, o Governo aprovou um conjunto de diplomas que visam estabelecer um novo regime de protecção social dos funcionários públicos.

Estes diplomas são, necessariamente, uma decorrência lógica das alterações genéricas no âmbito dos vínculos carreiras e remunerações, dos funcionários.

POR ISSO, ENFERMAM, ÀS VEZES, DE UMA CONGÊNITA FALTA DE PONDERAÇÃO E DE SOPESAMENTO QUE SEMPRE DEVEM PRESIDIR A LEGISLAÇÃO DESTA NATUREZA.

Este novo regime de protecção social comporta alguns princípios que é urgente concretizar, nomeadamente, o da convergência da protecção social na Administração Pública, com o regime geral da segurança social.

É, concretamente, o que persegue a Proposta de Lei nº 207/X que define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas.

O PSD quer aqui e agora referir que dá o seu apoio às medidas que visem a convergência entre regimes de protecção social, porque tal se traduz numa maior justiça social, numa acrescida igualdade entre os cidadãos e em transparência no funcionamento das instituições públicas e do regime democrático.

Trata-se, é oportuno recordá-lo, de um propósito perseguido há décadas e que tem figurado em todas as leis de bases da segurança social, a começar pela Lei nº 28/84 de 14 de Agosto e a acabar na última, a Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro.

Porém, este princípio só nos últimos anos deu passos decisivos para se afirmar, procurando pôr termo a uma situação que a realidade se tem encarregado de negar: a existência de dois sistemas de segurança social diversos, às vezes muito diversos em direitos e garantias, promotores de um tratamento diferenciado entre trabalhadores e cidadãos, em geral.

Na verdade, é imperioso pôr termo a situações de confusão, desequilíbrio e incoerência em que se encontra actualmente enredada a protecção social dos trabalhadores da função pública e que a múltipla e complexa legislação produzida pelo actual Governo veio ainda exacerbar.

O sistema de protecção social pela sua relevância pessoal e social deve ser

crível, imediatamente inteligível nas suas normas pelos seus beneficiários e que vão construindo as suas carreiras contributivas, que é previsível nos seus efeitos e benefícios.

Fazer de outro modo é acrescentar pomos de discórdia inúteis e motivos de desconfiança que, mais do que tudo, desmotivam e instabilizam.

Ora, se tais princípios devem presidir a uma reforma desta natureza, analisando a Proposta de Lei em discussão tenho de confessar que nos assaltam algumas perplexidades que decorrem de conteúdos, às vezes pouco claros, e de regulamentações que surgem já anunciadas para mais tarde, na proposta de diploma.

Bom seria que, em matéria de protecção social dos funcionários públicos e apesar da bondade dos princípios, o Governo não enredasse os trabalhadores/beneficiários e os serviços que irão processar as prestações sociais, em inextricáveis medidas e em orientações que apenas confundem e que deviam ser meridianamente cristalinas.

Em matéria de alterações da vida profissional dos funcionários públicos, este Governo já cometeu muitos erros. Já se atolou em incontáveis contradições. Já deu azo a múltiplas omissões. Já anunciou verdadeiras reformas que só ele descortinou e ninguém mais.

Convém que no caso vertente, no caso das novas regras de protecção social dos funcionários públicos, o Governo diga tudo, seja rigoroso em nome da transparência que se exige de um governo sério e competente.

Disse.





INTERVENÇÃO DE José Pedro AGUIAR-BRANCO sobre a desilusão os Portugueses com o Governo



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,
Em 2005, os portugueses acreditaram que mudando de maioria, mudavam de vida, para melhor...

Acreditaram que o Partido Socialista, com uma maioria absoluta, com quatro anos de trégua eleitoral e um pacto de estabilidade e crescimento flexibilizado, teria condições únicas para efectuar as tão reclamadas reformas estruturais.

Acreditaram, ainda, que o Governo do Partido Socialista saberia exercer correctamente a autoridade do Estado.

O Governo, no entanto, frustrou a confiança dos portugueses:

- . cedeu à tentação do efémero – não concretizando as necessárias reformas –
- . cedeu à glória momentânea do aparente êxito – como na badalada diminuição circunstancial de 0,4% da pendência judicial–

- e
- . cedeu à enganosa consolidação das contas públicas – escondendo que a redução do défice se fez, sobretudo, à custa da receita.

Revelou, também o Governo, falta de saber para o correcto exercício da autoridade.

Na feitura da lei, dá livre expressão a toda a arrogância de quem, detentor de uma maioria absoluta parlamentar, sabe que nada se pode opor à sua vontade. Porém, na aplicação da mesma, revela a sua inequívoca fragilidade colocando-se sistematicamente de cócoras à primeira reacção de força de quem se lhe oponha.

O Governo confunde, ainda, amiúde, o sentido de estado a que a sua acção devia obedecer com o sentido partidário com que, na prática, actua.

Ainda agora, o Ministro da Agricultura acusou a CNA e a CAP de se encontrarem ao serviço da extrema esquerda e da direita mais conservadora.

O Primeiro Ministro deve esclarecer rapidamente o país se as relações do senhor Ministro da Agricultura com os parceiros sociais se passaram a pautar por critérios preconceituosos de opções políticas.

Em todo caso, o PM, deve rever, também em baixa, a autoridade de estado do seu governo.

Senhoras e Senhores Deputados, os portugueses estão desiludidos, descrentes, pessimistas e apreensivos em relação ao seu futuro.

Por mais profissionais e dispendiosas que sejam as estratégias de comunicação e a propaganda do Governo, a realidade é bem diferente: cerca de 20% dos portugueses são atingidos pela chaga da pobreza; o sobreendividamento das famílias é o maior da união europeia; o desemprego teima em não diminuir; o crescimento económico é escasso e volta a divergir em relação aos nossos parceiros da Europa; a carga fiscal atingiu níveis asfixiantes; os orçamentos familiares da larga maioria encolhem; os preços de bens essenciais aumentam e muitos – jovens e menos jovens – começam a procurar fora do país as oportunidades que este não lhes dá.

É verdade que uma parte das causas do que entre nós acontece está para lá do nosso controlo.

Mas o Governo português foi, na sua acção, incauto e imprevidente, nomeadamente quando já era previsível que a crise estava à porta.

Em Janeiro deste ano, o Governo português era o único, NA ZONA EURO,

QUE PREVIA UMA ACELERAÇÃO DA ECONOMIA, QUANDO O CENÁRIO GERAL ERA JÁ DE APERTO AO CRÉDITO, RISCO DE RECESSÃO NOS EUA E SUBIDA DO EURO E DO PREÇO DO PETRÓLEO.

Cenário que denunciava quão absurdo foi o anúncio do fim da crise, retratado na demagógica, desgarrada mas simbólica redução em um ponto da taxa do IVA, com o que se procurou iludir os portugueses.

Os portugueses sentem que os sacrifícios porque passaram - e que ainda passam - foram em grande parte desperdiçados.

À dinâmica fria dos números, das fantasiosas previsões, das estatísticas à medida, a realidade confronta-nos com a dramática luta pela capacidade de sobrevivência de milhares de pessoas, que não estão aí para servirem de meros números nas nossas contas macro económicas, mas sim para nos lembrar que são elas, afinal, a medida e a razão das nossas políticas.

Ao novo-riquismo político que o governo ostenta no constante anúncio de novas e faraónicas obras públicas, o PSD aponta e reforça a urgência da canalização de recursos às instituições de solidariedade social e da sociedade civil que ajudam a combater muitas das carências mais elementares de milhares e milhares de portugueses.

Ao novo-riquismo político que o governo ostenta no constante anúncio de mega projectos “pin”, o PSD aponta e reforça a necessidade de uma atenção muito especial para as PME que são o verdadeiro potencial do desenvolvimento económico português.

Senhoras e senhores deputados, o governo diz que quer dar prioridade ao conhecimento, à qualificação e à formação de excelência mas, na prática, não valoriza o capital humano.



Por isso, o Governo se congratula com os resultados estatísticos dos recentes exames nacionais, nomeadamente na matemática.

Longe de serem um reflexo de melhores competências adquiridas pelos alunos, os resultados traduzem, apenas, uma menor exigência, o estímulo do laxismo, por parte do Ministério da Educação.

O PSD, pelo contrário, aponta e reforça como linha de rumo na educação a valorização distintiva do mérito, do talento e da iniciativa.

Senhoras e Senhores Deputados, a Justiça e a Saúde são, também, dois pilares em que se reforçarão as especiais atenções do Partido Social-Democrata.

Naquela, na Justiça, tendo como linha de orientação que não pode ser um entrave ao crescimento económico ou conceder uma protecção deficiente aos direitos, liberdades e garantias. Nesta, na Saúde, tendo como objectivo reequacionar o financiamento do serviço nacional de saúde, para que não haja um sistema bom para os que têm possibilidades económicas e sofrível para os que não têm essas mesmas possibilidades.

Senhoras e Senhores Deputados, sei bem que, para uns, tudo o que referi são banalidades e, para outros, nada de diferente do que o Partido Socialista diria. A uns e a outros quero tranquilizar: os portugueses, na hora certa, não terão dúvidas das razões pelas quais deverão confiar de novo ao PSD, e à sr^a dr^a Manuela Ferreira Leite, o governo do País. Disse.

Carlos Coelho pressiona Comissão Europeia para acabar com aquilo que considera serem “chacinas de baleias em águas europeias”.

O Deputado Europeu Carlos Coelho considera-se “chocado com algumas práticas de captura de baleias que têm lugar na Europa em pleno século XXI”.

A Comissão Europeia lançou recentemente uma Comunicação subordinada ao tema da actividade baleeira, onde pretende concentrar as posições dos diferentes Estados Membros a este respeito.

Com este documento, a Comissão Europeia pretende fazer o ponto de situação em relação à protecção das baleias ao nível comunitário e internacional, assumindo-se “como um interveniente importante na persecução de objectivos ligados à criação de um quadro regulamentar internacional eficaz para a protecção das baleias.”

Numa altura em que vieram a público algumas imagens chocantes relativamente ao abate de baleias nas Ilhas Faroé, território que pertence ao Reino da Dinamarca, tem lugar em Santiago do Chile a sexagésima reunião do IWC (International Whaling Committee), organização internacional competente para a conservação e gestão das unidades populacionais de baleias.

Agora que a UE pretende adquirir o estatuto de pleno direito no seio desta organização, Carlos Coelho considera “imperativo que a UE exerça a sua influência política no sentido de garantir, quer em águas comunitárias, quer em águas internacionais, a prossecução de boas práticas em termos de preservação ecológica e respeito pelo bem estar animal.”

Incomodado com as notícias e imagens que vieram recentemente a público e que dão conta de práticas de



“tortura e abate de baleias” nas ilhas Faroé, Carlos Coelho é da opinião que “a Comissão Europeia deverá intervir junto dos responsáveis políticos deste território, que, apesar de não pertencer à União Europeia, é parte integrante do Reino da Dinamarca, um dos 27 Estados Membros da União”

Carlos Coelho referiu que “a UE, ao pretender liderar o processo de protecção e preservação de cetáceos, alguns deles em perigo de extinção, não poderá ficar indiferente aos acontecimentos que vieram a lume nos últimos dias.”

O Eurodeputado afirmou ter recebido “inúmeras solicitações de cidadãos europeus, profundamente revoltados com a chacina de que são vítimas as baleias que cruzam as águas das Ilhas Faroé, no sentido de que o Parlamento Europeu tome uma posição junto da Comissão Europeia para colocar um ponto final a estas práticas criminosas”.

Carlos Coelho sublinhou ainda “a necessidade de o Parlamento Europeu intervir a este respeito na elaboração do seu relatório, actualmente em discussão na Comissão das Pescas

deste Instituição.”

Com o fiel objectivo de “clarificar as águas” ensanguentadas por estas práticas, Carlos Coelho dirigiu uma questão escrita à Comissão Europeia onde exorta a tomada de uma posição firme nesta matéria”.

As perguntas de Carlos Coelho à Comissão

- A Comissão Europeia enviou, recentemente, uma Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho subordinada ao tema da actividade baleeira e acção comunitária a esse respeito [COM (2007) 823].

Com esta Comunicação a UE pretende avaliar as diferentes posições dos Estados Membros relativamente à actividade baleeira e gestão sustentada de algumas comunidades de cetáceos, bem como definir uma posição política forte no que diz respeito à política internacional em matéria de actividade baleeira.

Apesar do processo de consulta deste dossier ao Parlamento Europeu ainda estar a decorrer, a Comissão Europeia anunciou, em Comunicado de Imprensa IP/08/896 de 05/06/2008, que o Conselho teria já adoptado uma decisão no sentido de garantir a preservação e conservação das baleias ao nível comunitário e internacional.

Neste mesmo Comunicado pode ainda ler-se, nas palavras do Sr. Comissário Europeu do Ambiente Stavros Dimas, o seguinte: “With this decision, the European Union can now take a strong role at the International Whaling Commission and use all its political, moral and economic weight to ensure a more effective protection of whales worldwide”.

Esta posição, deverá ser transmitida no decorrer da sexagésima reunião da IWC (International Whaling Committee), organização internacional competente para a conservação e controlo dos stocks de baleias à escala mundial, a decorrer desde o passado dia 23 de Junho em Santiago do Chile.

Um dos membros efectivos do IWC é a Dinamarca que aderiu a esta organização em 23 de Maio de 1950.

Nas ilhas Faroé, que fazem parte do Reino da Dinamarca, tem lugar uma prática secular que se traduz no extermínio de baleias com recurso a técnicas de abate que se traduzem no mais elementar desrespeito pelo bem-estar animal. Quando avistados, os grupos de baleias que cruzam estas águas são cercados e encaminhados para uma baía fechada onde as baleias são pressionadas a nadar em direcção à praia. Depois de enalhadas, é-lhes espetado um arpão atrás do pescoço para cortar as veias que lhes irrigam o cérebro.

- Considera, a Comissão Europeia, legítima a sua posição nesta reunião da IWC sem que se tenha concluído ainda o processo de consulta ao Parlamento Europeu nesta matéria?

- Tendo a UE assumido, por força da decisão adoptada no passado Conselho do Ambiente de 05 de Junho de 2008, uma posição favorável à protecção e conservação das baleias, não deveria a Comissão Europeia pressionar o Reino da Dinamarca a acabar com as práticas de abate de cetáceos acima mencionadas?

- Do nosso correspondente, Duarte Marques





Parlamento Europeu faz ponto de situação da implementação do SIS 2



A Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu (PE) organizou, a pedido do Deputado do PSD Carlos Coelho uma audição pública com todos os responsáveis europeus e nacionais envolvidos na implementação da segunda geração do Sistema de Informações de Schengen (SIS 2), do qual o deputado português é Relator do Parlamento Europeu, a fim de fazer um ponto de situação relativo à efectiva entrada em funcionamento do SIS 2.

Carlos Coelho lembra que o SIS 2 é “essencial para o reforço da segurança nas fronteiras externas da UE, por ser mais operativo que o sistema hoje em vigor, por ter mais funcionalidades e mais dados (dados biométricos e impressões digitais). O SIS 2 deveria ter entrado em funcionamento em 2007, depois foi anunciado que seria em 2008 e há ainda quem

duvide que consiga sê-lo durante 2009.

Esta audição juntou todas as partes envolvidas no processo, com principal destaque para o Vice-Presidente da Comissão Europeia Jacques Barrot, para o Representante da Presidência Eslovena da UE e para vários especialistas dos Estados-Membros que estão a acompanhar a implementação do SIS 2.

Carlos Coelho apresentou as conclusões deste encontro e deixou vários alertas em nome do Parlamento Europeu:

1. Este é um sistema único que só pode funcionar com todas as partes operacionais. Não faz sentido que a Comissão Europeia declare o trabalho concluído com a instalação do Sistema Central sem estar conectado e a funcionar sem problemas com os serviços e polícias dos diversos Estados-

Membros.

2. Os testes efectuados têm de ser rigorosos e aprovados por unanimidade, não devemos cair no facilitismo de “aligeirar” o rigor dos testes para acelerar calendários de execução.

3. Este é um sistema de base europeia e não intergovernamental, que deve ser gerido pela Comissão Europeia. Esta deverá apresentar o mais breve possível ao Parlamento Europeu a sua proposta legislativa que criará o organismo (agência?) que irá gerir o SIS 2, para ser discutida e aprovada em co-decisão.

4. Deverá ser afastada a ideia de facilitar que alguns países poderão continuar com o SIS1 enquanto outros mais preparados avançariam já com a migração do sistema para o SIS 2. Só poderá haver uma “one shot migration”, uma transição com todos os Estados Membros

logo que todos estejam em condições.

5. Parte sensível de todo este processo é a protecção de dados. Devem ser respeitadas todas as competências das autoridades de protecção de dados quer a nível europeu, quer a nível nacional. O PE critica o facto de estas, e em especial o Supervisor Europeu para a Protecção de Dados, não tenham sido devidamente envolvidas e auscultadas até ao momento.

6. O Parlamento Europeu exige total transparência durante o processo de implementação do sistema, querendo ser periodicamente informado do ponto de situação de todos os EM's e do sistema central. O Parlamento reserva-se o direito de pedir responsabilidades aos que, pela sua acção ou inacção, levarem a maiores atrasos na entrada em funcionamento do SIS 2.

– Do nosso correspondente em Bruxelas, Duarte Marques

Razões para uma censura

Ricardo Rio (*)

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Braga apresentou ontem, pela primeira vez nos últimos trinta e dois anos de democracia local, uma Moção de Censura ao Presidente da Câmara Municipal, Eng. Mesquita Machado.

Para se perceber devidamente o enquadramento desta iniciativa e os fundamentos desta atitude pioneira, cumpre esclarecer que a mesma não derivou de qualquer discordância de natureza política sobre matérias que contendem com a gestão do Município.

Sobre as muitas falhas e omissões da gestão socialista nas várias áreas de intervenção da Câmara Municipal, já os Autarcas do PSD expressaram muitas vezes as suas críticas e já apresentaram claramente as suas propostas para um modelo alternativo de gestão, mais orientado para os reais anseios dos Bracarenses.

Ainda assim, reconhecemos a legitimidade democrática de quem exerce o poder por via do mandato popular, pelo que tais divergências profundas não fundamentariam uma iniciativa do género.

Bem pelo contrário, **quando vemos abalados os pilares da credibilidade da Autarquia; quando é seriamente ameaçada a imagem de isenção e igualdade de tratamento do Executivo à generalidade dos Municípios; quando a Câmara Municipal de Braga mergulha em águas turvas de condutas obscuras e posturas pouco transparentes; quando o Presidente da Câmara Municipal de Braga participa activamente em negócios que lesam uma instituição do Concelho de cariz social e com reconhecidos méritos na sua área de intervenção; quando o cidadão que preside à Câmara Municipal de Braga esteve em vias de tirar benefícios de um negócio sustentado nas garantias (ilegais) prestadas por esse mesmo cidadão na qualidade de Presidente da Autarquia; quando o Eng. Mesquita Machado mente despidoradamente aos Bracarenses; não resta à Oposição qualquer outra via que não seja a de assumir uma censura clara a todos estes factos e comportamentos.**

Após uma notícia publicada no Diário do Minho de 28 de Maio último sobre os processos judiciais que envolvem o Colégio de São Caetano e algumas imobiliárias locais em que eram feitas alusões ao envolvimento do Presidente da Câmara Municipal de Braga, o Gabinete da Presidência emitiu uma Nota em que assegurava que "(...)- do exposto se infere que o Presidente da Câmara Municipal de Braga nunca expressou – aliás, como, nos termos da lei, não podia –



quaisquer garantias ou compromissos sobre uma futura alteração da classificação dos solos em causa;" e que "–também contrariamente ao que é citado no texto jornalístico, nunca estiveram envolvidos quaisquer interesses particulares do cidadão que preside à Câmara Municipal de Braga;" , desafiando "as partes envolvidas a fazer prova pública concludente do eventual cruzamento de interesses particulares do Presidente da Câmara Municipal neste processo;(...)" .

E, todavia, a Quinta do Salgueiró é parte integrante do negócio em questão desde a primeira hora (como sustenta a acta do Conselho de Administração do Colégio de 29 de Setembro de 2001) até à data em que foi aprovada a marcação das escrituras (como expressa a acta do Conselho de Administração do Colégio de 23 de Julho de 2002), tendo sempre sido assumido que seria feita a entrega de lotes da Quinta da Madre de Deus para dação em pagamento.

E, todavia, a Quinta do Salgueiró foi visitada pelos representantes do Colégio e pelo advogado Bracarense que lhes apresentou os termos da proposta inicial e que conduziu todo o processo, e consta da avaliação efectuada por peritos externos.

E, todavia, a referida acta de 23/07/2002 também revela que, "Quanto

à Quinta da Naia e os lotes a entregar para a sua aquisição, o estudo económico conclui que o negócio só se tornaria muito vantajoso para a Instituição se houvesse garantias idóneas da possibilidade de a curto ou médio prazo a referida Quinta se tornasse urbanizável. A este respeito foi então dito que aquela garantia foi ontem, vinte e dois de Julho de dois mil e dois, dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, em reunião que este teve com toda a Direcção na Câmara Municipal de Braga, ao aceitar um Plano de Pormenor para a Quinta da Naia de imediato ou se esta Instituição entender esperar pela próxima revisão do P.D.M., (...), a referida Quinta será considerada terreno urbanizável.(...)" .

E, curiosamente, como foi provado em Tribunal, esta acta não foi redigida por membros da Direcção do Colégio mas por quem teria consciência clara do peso das palavras e da evidência de que, caso tais garantias não fossem prestadas de forma clara, o Colégio estaria a correr o risco de trocar um porco por um chouriço e um outro por um leitão com potencial de crescimento (se tivermos em conta que os avaliadores consideraram as contas da Quinta do Salgueiró subavaliadas por motivos fiscais).

A apresentação desta Moção de Censura não é, pois, um acto

pedagógico de quem espera que os infractores assumam um acto de contrição pela sua conduta e se retratem publicamente por questionarem, com os seus actos, a inteligência dos cidadãos de Braga. Não tem sequer a ilusória ambição de ter qualquer consequência prática imediata quando é perceptível o sentimento de inimizabilidade que grassa no já decrépito poder socialista de Braga.

É, porém, um acto claro de demarcação, de repúdio, de nojo, de afirmação de diferença. De censura, enfim. Porque os Bracarenses já perceberam que em Braga, aqueles que procuram servir a causa pública e aqueles que dizem fazê-lo não são farinha do mesmo saco.

Em suma, à luz da ética na política, só restaria ao Presidente da Câmara Municipal de Braga a via da demissão imediata.

Ao que parece, para gáudio dos seus naufragos acólitos, prefere assumir-se como tábuas de salvação no oceano de disparates em que navega o mesquitismo/socialismo Bracarense.

Só que, em vez da madeira sólida de outros tempos, é hoje uma tábuas de manteiga.

E aproximam-se dias de calor intenso... - (*) *Mestre em Economia; Presidente da CPS_Braga, correspondente do "Povo Livre".*

Notícias da Madeira

Governo Sócrates “incapaz de enfrentar a pressão dos grandes grupos económicos”

· Compromisso de Lealdade a Manuela Ferreira Leite

O conselho regional do PSD/Madeira acusou hoje o Governo da República de ser “incapaz de enfrentar a pressão dos grandes grupos económicos que destroem o Estado democrático” e só ser “forte com os mais fracos, como o povo madeirense”.

Esta foi uma das conclusões da reunião de hoje dos conselheiros sociais-democratas madeirenses, no Funchal, que criticaram o “liberalismo de capitalismo selvagem” implementado pelo PS, através de novas leis laborais” lesam os trabalhadores.

“Verifica-se que, neste momento, o Estado central nada faz pelo povo madeirense, limitando-se ao nosso policiamento, através das forças de segurança, dos tribunais e do controlo da nossa legislação. Dispensa-se”, declaram.

Acrescentam que este quadro, “o mais difícil que a Madeira enfrenta após o bloco central 83-85 de má memória” é agravado pela “indefinição no seio da União Europeia”, defendendo o referendo nacional dos tratados europeus.

“O actual impasse europeu resulta na subversão da democracia pelos dirigentes de alguns países,

pretendendo impor, de cúpula, uma estrutura que nada tem a ver com a fundação da Europa comunitária e que a pretendem impor com o argumento anti-democrático de não referendar do Tratado para evitar que os povos soberanos o rejeitem”, afirmam os conselheiros do PSD/M

“Como se fosse possível uma necessária União Europeia sem base democrática, que não seja uma Europa dos Cidadãos”, acrescentam.

O PSD/M saúda ainda a nova presidente do partido, Manuela Ferreira Leite, comprometendo-se a “uma relação de lealdade, colaboração e amizade, bem como de apoio em todo o que conduza à mudança do sistema político constitucional, à substituição do actual governo socialista e à defesa e desenvolvimento dos direitos dos madeirenses”.

Rejeitando o argumento de maledicência que é “refúgio do primeiro-ministro”, numa análise à situação política e social, apontam ser necessárias, entre outras, medidas que reduzam o desemprego e o custo de vida, diminuam a carga fiscal através do atenuar da despesa corrente, um novo modelo de justiça, a efectivação do princípio da subsidiariedade, um



combate à criminalidade e uma reforma do Estado que consagre uma efectiva separação entre os poderes.

Responsabilizam também os socialistas pela inconstitucionalidade e as discriminações da lei de finanças regionais, pelo não reconhecimento do voto dos madeirenses nas últimas eleições legislativas antecipadas de 2007, pela não resolução dos problemas pendentes com o Estado,

pelo o ataque à liberdade e ao pluralismo na comunicação social do arquipélago e por uma política de transportes asfixiante dos residentes na região.

A festa anual do PSD, no Chão da Lagoa, que se realiza a 27 de Julho foi outro tema abordado nesta reunião.

– Fonte: Lusa

Notícias de Aveiro

Câmara participa em «Seminário Nacional para o Desenvolvimento e Cooperação Descentralizada»

A Câmara Municipal de Aveiro participou no Seminário Nacional – Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Descentralizada que se realizou nos dias 30 de Junho e 1 de Julho, das 9.00 às 17.00 horas, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Organizado pela Fundação Evangelização e Culturas em parceria com a Autarquia Aveirense, o Seminário teve como tema principal “Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Descentralizada: recursos e estratégias locais”. O Município esteve representado pelo Vereador responsável pelas Relações

Internacionais, Pedro Ferreira, como moderador do painel “O contributo da Educação para o Desenvolvimento nas Acções de Cooperação Descentralizada” do segundo dia (1 de Julho).

Neste tema serão desenvolvidos vários assuntos, tais como, “O “Consenso Europeu” e o contributo da Educação para o Desenvolvimento” por Juan Souto Coelho, coordenador técnico do Departamento de Estudos e Documentação de Educação para o Desenvolvimento da Manos Unidas; “A visão portuguesa da Educação para o Desenvolvimento” por um representante do Instituto Português de





Apoio ao Desenvolvimento; e “Remando juntos no mesmo barco: Cooperação Descentralizada e Educação para o Desenvolvimento” por Fátima Proença, Presidente do Conselho Directivo da Associação para a Cooperação entre os Povos e Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD.

De salientar que o debate vai reunir autarquias, associações de desenvolvimento local, organizações não-governamentais e outros actores da sociedade civil e instituições, públicas ou privadas, implicadas ou com interesse em acções de cooperação para o desenvolvimento. O Seminário realiza-se no âmbito do Projecto Enlaces, no qual a Câmara Municipal de Aveiro é parceira, que tem vindo a ser desenvolvido pela FEC, com vista a reforçar a relação de potencialidades mútuas entre a Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Descentralizada. No final do encontro, será lançada a Brochura de Conclusões e Recomendações.

O Seminário pretende contribuir para analisar o contexto e o contributo dos actores locais – poder local e actor não estatal – na cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente no que se refere ao panorama português, reflectir sobre a importância de integrar a educação para o desenvolvimento no esforço de cooperação descentralizada; discutir recursos e estratégias de base local que potenciem a relação entre a educação para o desenvolvimento e a cooperação descentralizada e lançar um quadro de conclusões e recomendações úteis à definição de estratégias.

Do programa fazem parte diversos oradores de diferentes instituições, nomeadamente, um representante da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; Marlene Valente da Câmara Municipal de Loures; Sílvia Pereira da Autarquia do Seixal, Vera Reis do Município de Aveiro; Maria José Lousa da Câmara de Grândola; Catarina Ferreira e Vanda Narciso da Autarquia de Setúbal; Maria do Rosário Meneses e Roberto Reis do Município de Santa Maria da Feira; Nuno Inácio da Rádio Voz de Alenquer; Cristina Gabriel da Associação Ligar à Vida da Paróquia da Ramada; Nelson Dias da “In Loco”

– Associação de Desenvolvimento Local; Isabel Capela da Orbis – Cooperação e Desenvolvimento; Filipe Barros da Estrutura de Apoio à Produção Popular – Guiné-Bissau; Antónia Barreto, docente investigadora do Instituto Politécnico de Leiria; Juan Souto Coelho, Coordenador Técnico do Departamento de Estudos e Documentação de Educação para o Desenvolvimento da Manos Unidas; um representante do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; Fátima Proença, presidente da Associação para a Cooperação entre os Povos e Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD; Aladjje Balde, investigador da Faculdade de Ciências de Lisboa e Ex-Director de Programas da Plan Internacional – Guiné-Bissau; André Corsino Tolentino, consultor do Banco Mundial; e Rogério Roque Amaro, docente investigador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Para além da Fundação Evangelização e Culturas e da Orbis – Cooperação e Desenvolvimento, as autarquias presentes far-se-ão representar por técnicos e alguns membros do Executivo: Pedro Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro; Maria da Dores Meira, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal; Graça Guerreiro Nunes, Vereadora da Câmara Municipal de Grândola; e Corália Loureiro, Vereadora da Câmara Municipal do Seixal.

Fórum “Escola, a quanto (o)brigas!”

A Câmara Municipal de Aveiro realiza, no próximo dia 4, o Fórum “Escola a quanto (o)brigas...!” das 9.30 às 17.00 horas, no Pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, o Fórum destina-se a professores de todos os graus de ensino, técnicos das ciências sociais, pais e demais interessados. As inscrições gratuitas e aceites até amanhã, podem ser efectuadas na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro, sito no edifício dos Paços do Concelho. A morada é a

seguinte: apartado 244, Praça da República, 3810-156 Aveiro, com o telefone 234 400 206, fax 234 400 558 e e-mail cpjaveiro@cm-aveiro.pt. A ficha de inscrição encontra-se disponível em www.cm-aveiro.pt.

Apresentar, analisar e debater casos de violência vividos nas escolas do Concelho de Aveiro e reflectir sobre as propostas de intervenção por parte das entidades com competência em matéria de infância e juventude são a base da organização do Fórum “Escola a quanto (o)brigas...!”.

A abertura da acção estará a cargo do Vereador dos Assuntos Sociais e de Família, Miguel Capão Filipe, pelas 9.30 horas, seguida da apresentação do “Retrato do Absentismo/Abandono Escolar no Concelho de Aveiro – Ano Lectivo 2006/2007” por representantes da Direcção Regional de Educação do Centro, da CPCJ de Aveiro e do Centro

Distrital de Segurança Social de Aveiro. Às 11.00 horas será apontado do “Retrato das Ocorrências/ Participações efectuadas pelas Escolas às Autoridades policiais locais – PSP e GNR – Ano 2006/2007”.

À tarde, no âmbito de “Turmas PIEF – Plano Individual da Educação Formação – Programa PETI”, serão relatadas experiências pelo PIEF para conclusão do terceiro ciclo – Escola Básica Integrada de Eixo e PIEF para conclusão do segundo ciclo – Escola do Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico Castro Mattoso. Pelas 15.15 horas, o tema abordado será “Uma Reflexão Psicossocial sobre a Violência Escolar” pelo psicólogo João Castanheira e Maria João Regala, psicóloga da “Oficinas sem Mestre”. O fim do debate estará reservado para o debate e a apresentação de sugestões de estratégias de intervenção. – **Gab. Imp. CM Aveiro**

Notícias de Braga

Moção de censura ao presidente da Câmara socialista

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Braga apresentou, sexta-feira, uma moção de censura ao presidente da câmara socialista, por causa de alegadas promessas de urbanização de uma quinta em reserva agrícola.

O líder da bancada do PSD, João Granja, revelou à Lusa que a moção de censura assenta no facto de Mesquita Machado “não ter dado explicações esclarecedoras” sobre uma alegada promessa feita ao proprietário da Quinta da Naia, de que esta seria urbanizável apesar de estar em área de Reserva Agrícola.

O autarca socialista já garantiu que “não fez qualquer promessa ou deu qualquer garantia”, tendo-se limitado a explicar quais os procedimentos legais a aplicar para uma eventual urbanização da Quinta, tendo em conta a futura expansão da cidade.

Contactado pela Lusa, o presidente da autarquia disse que “está ocupado com a gestão do presente e do futuro do município, pelo que, não perde tempo com assuntos comezinhos de propaganda eleitoral”.

A moção do PSD sustenta que Mesquita Machado alegadamente envolveu uma propriedade da família num negócio com a quinta da Naia, numa permuta com a do Colégio de São Caetano, propriedade da Igreja Católica.

João Granja anunciou também que o PSD vai apresentar novos elementos sobre o caso, assegurando que estes demonstram que Mesquita Machado deu garantias de urbanização da Quinta da Naia, em violação do PDM.

É a primeira vez, em 32 anos de vida municipal em Braga, que a oposição apresenta uma moção de censura ao presidente da câmara.

O caso prende-se com um negócio feito entre o Colégio de São Caetano e vários empresários privados, envolvendo entre outras componentes financeiras a entrega da Quinta da Naia em troca da do Colégio de S. Caetano.

Para viabilizar o negócio, que chegou já aos tribunais, os proprietários da Quinta da Naia e os religiosos de S. Caetano tiveram uma reunião no gabinete do presidente da Câmara, tendo este alegadamente garantido que aquela quinta seria urbanizável numa futura revisão do PDM ou desde que fosse elaborado um Plano de Pormenor.

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda de Braga apoiou a moção de censura do PSD ao presidente da autarquia por causa de alegadas promessas de urbanização de uma quinta em reserva agrícola, disse à Lusa fonte partidária.

Aquela moção foi também votada favoravelmente pelos restantes partidos da oposição - CDU e CDS/PP - mas foi chumbada com os votos da maioria socialista.

O PSD acusou o autarca socialista de ter feito uma promessa ao proprietário da Quinta da Naia, de que esta seria urbanizável apesar de estar em área de Reserva Agrícola e de ter pretendido envolver uma quinta de sua propriedade no negócio.

Esta tese tem sido refutada pelo autarca do PS que garante ter recebido as partes envolvidas esclarecendo-as, apenas, sobre os preceitos legais em vigor em termos de Plano Director Municipal (PDM). - **Lusa**

45ª edição da Feira de Artesanato do Estoril inaugurada a 26 de Junho

Num convite ao bom tempo que já se faz sentir, foi inaugurada no dia 26 de Junho, a 45.ª Feira de Artesanato do Estoril, a mais antiga demonstração de artesãos do país, no recinto junto ao Centro de Congressos do Estoril.

Contando com a participação de mais de 300 artesãos e artistas plásticos que desenvolvem ao vivo a sua arte em materiais como vime, barro, madeira, vidro, tecido, entre outros, para dar vida a peças únicas de cestaria, cerâmica, bordado, vitral, e muito mais, o certame vai estar aberto ao público até 31 de Agosto.

Do folclore ao fado, a animação musical vai decorrer de segunda a quinta-feira no palco principal e contará com a participação de diversos artistas nacionais. O público tem ainda à disposição restaurantes, bares e esplanadas, bem como um espaço especialmente concebido para o entretenimento dos mais novos.

A cerimónia de inauguração decorreu a partir das 17H00 com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho.

Oficinas de Danças Tradicionais Portuguesa para miúdos e graúdos - Aprender a dançar no Jardim do Museu Verdades de Faria

Entre os dias 5 e 11 de Julho, as danças tradicionais portuguesas vão estar em destaque no jardim do Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria. Em causa estão as oficinas de danças tradicionais portuguesas que o Grupo Dançarilhos promove para miúdos e graúdos.

Aprender coreografias de diversas regiões de Portugal e incentivar a descoberta das danças tradicionais portuguesas é o objectivo da iniciativa, cujo programa incide na aprendizagem de passos base, estruturas coreográficas e figuras das danças tradicionais portuguesas de grupo e a pares.

Dedicado ao seu estudo e divulgação das danças populares de raiz tradicional, o grupo "Os Dançarilhos" desenvolve com base em pesquisas feitas a partir de recolhas locais e numa aprendizagem teórico-prática, através da participação em aulas de dança e em festivais internacionais.



Museu do Mar é palco da apresentação do livro «Cascais, teatro de regatas» de Vasco Bobone, em homenagem a velejadores portugueses

O Museu do Mar Rei D. Carlos é o palco escolhido para a apresentação pública do mais recente livro de Vasco Bobone, "Cascais Teatro de Regatas", que tem lugar hoje às 6 da tarde.

Editada pela ACD – Edições com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, esta obra apresenta um conjunto de belíssimas aguarelas de embarcações à vela e presta homenagem ao mar, aos marinheiros e a Cascais, enquanto magnífico cenário de regata.

Ainda bem presentes na memória de todos estão os Campeonatos Mundiais de Vela Olímpica, que projectaram o nome de Cascais pelo mundo fora.

Nesta mesma semana, de 6 a 12 de Julho, a Baía de Cascais é igualmente palco de um outro campeonato, desta vez de Vela Adaptada a Cidadãos Portadores de Deficiência, cuja importância é internacionalmente reconhecida.

Vasco d'Orey Bobone

Licenciado em Arquitectura, estudou Pintura e História de Arte em Itália. Já apresentou exposições no Palácio da Bolsa, na Mãe de Água das Amoreiras e na Galeria Janela Verde. Destaque para a exposição que esteve patente em 2002 na Estação Elevatória dos Barbadinhos do Museu da Água, sobre temas paisagísticos, interiores, naturezas mortas, marinhas e vistas urbanas. Publicou três livros de aguarelas: Saudades de Lisboa, ilustrando 80 monumentos da Cidade (prefaciado por Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História e por José de Monterroso Teixeira, Director Municipal de Cultura de Lisboa), Espírito do Porto, com 120 aspectos da Cidade (prefaciado por Agustina Bessa-Lúis e Vasco Graça Moura), Caderno de Todos os Barcos do Tejo, com 20 embarcações do rio Tejo do século XVIII.

A sua obra faz parte de colecções nacionais e internacionais. – Gab. Imp. CM Cascais, fotos Luís Bento



Notícias de Évora

Partido Socialista prejudica imagem de Évora

Os desenvolvimentos do caso do suposto “Príncipe da Transilvânia” vieram pôr a nu a cegueira do PS no seu apego ao poder autárquico em Évora, deitando mão a tudo o que lhe possa servir de bandeira eleitoral, mesmo que vindo de paragens incertas e principados virtuais, para anunciar miraculosos investimentos e empregos a criar das trevas para o dia.

A mediatização do caso, nos órgãos de comunicação nacionais, acarreta um inevitável efeito de debilitação da imagem de Évora enquanto potencial destino de investimentos nacionais e estrangeiros que possam ter colocado o concelho entre as suas opções.

Enquanto os eleitos municipais do PSD reforçam, pela sua acção, a imagem de Évora, o Presidente da Câmara, eleito pelo PS, encarrega-se de deitar pelo cano a imagem da cidade e do concelho perante potenciais investidores nacionais e estrangeiros. Para os que se têm deixado confundir por artistas da propaganda é hoje clara

a verdade de que há em Évora uma distinção profunda entre estas duas forças políticas.

Que credibilidade atribuirão as instituições financeiras a futuras intenções de investimento apadrinhadas por uma Câmara Municipal que é ludibriada pelo mais amador vendedor de banha da cobra a quem é oferecido de mão beijada terreno no Parque Industrial e acolhimento de Estado?

Que credibilidade atribuirão os eleitores eborenses ao Presidente da Câmara de Évora quando este voltar a anunciar, pela enésima vez, que será no próximo mês o início da construção de uma fábrica de aviões que criará milhares de postos de trabalho, repetidamente prometida há 5 anos?

Que credibilidade pode ter o Presidente de uma Câmara Municipal que se revela incapaz de separar o trigo do joio em matéria de intenções de investimento, sacrificando a imagem de um concelho à sua ânsia de aproveitamento eleitoral de promessas



que muda em todas as campanhas eleitorais sem concretizar nenhuma?

A derrocada eleitoral do PS em Évora não podia ser mais certa nem

mais necessária, a bem da salvação do futuro do concelho.

— p.p., CPS/Évora PSD, José Rita

Notícias de Bragança

Deputados o PSD por Bragança reclamam apoios a produtores de maçã de Carrazeda

Os deputados do PSD por Bragança reclamaram do Governo apoios aos produtores de maçã de Carrazeda de Ansiães afectados por uma trovoada de granizo que terá destruído mais de dois terços da produção.

A maçã é a segunda cultura agrícola mais importante deste concelho do distrito de Bragança, a seguir ao vinho, com uma produção média anual de dez mil toneladas, equivalente a quatro milhões de euros.

O chamado Planalto de Ansiães foi fustigado, segunda-feira do meio do mês, por uma trovoada acompanhada de granizo, que causou “prejuízos muito significativos na produção de maçã” segundo sustentaram os dois eleitos do



PSD por Bragança, Olímpia Candeias e Adão Silva.

De acordo com os parlamentares, “os prejuízos rondam os 70 por cento da média da produção do concelho, havendo alguns produtores cujo prejuízo chega aos 90 por cento da produção”.

Num requerimento ao Governo, apresentado hoje na Assembleia da República, os eleitos pedem que os serviços regionais do Ministério da Agricultura procedam “com a máxima urgência, a um apuramento rigoroso e exaustivo dos prejuízos”.

“Mas importa sobretudo que o Estado assuma perante estes agricultores uma atitude solidária, socialmente imprescindível, traduzida em apoios excepcionais que permitam minorar os graves e extraordinários prejuízos financeiros que esta intempérie causou”, referem no requerimento.

Os parlamentares consideram ainda que “a situação vivida nesta região, anómala e de facto extraordinária, exige, do Governo, uma actuação, também ela, de carácter excepcional”.

Nesse sentido, querem saber se o Ministério da Agricultura pretende atribuir ajudas excepcionais aos fruticultores do concelho de Carrazeda de Ansiães, como aconteceu em anos transactos nos concelhos de Murça e Freixo de Espada à Cinta.

Segundo dizem, “embora alguns produtores tenham seguros de colheita, há uma percentagem significativa de pequenos produtores sem capacidade financeira para constituir este tipo de apoio, dado os elevados custos daí resultantes”.

“Acresce que a Frucar, empresa resultante do agrupamento de produtores de maçã do Planalto de Ansiães, e que reúne 50 por cento da produção do concelho, estima em 90% a redução da maçã a dar entrada naquela associação de produtores, receando ter que despedir funcionários ou encerrar por um ano, dado não dispor de matéria prima para comercializar”, referem os deputados. - Lusa

Notícias de Ourém

PSD desafia população a escrever à Ministra da Saúde, denunciando a falta de médicos de família

O presidente da Câmara de Ourém, David Catarino (PSD), desafiou a população do concelho a enviar cartas ao Ministério da Saúde, denunciando a falta de médicos de família, depois da ministra ter recusado receber a autarquia.

“A senhora ministra não quis receber-nos. Apesar de o combustível estar caro, vamos levar as cartas ao Ministério da Saúde para dizer qual é o problema”, afirmou o autarca.

Para David Catarino, “o que se passa a respeito dos cuidados de saúde primários no concelho é gravíssimo”, pois “um quarto da população não tem médico de família”.

No entanto, na sua opinião, não faltam clínicos, existe é desorganização: “Há médicos no concelho que chegam muito bem. Falha a organização, falha o Governo” que, “com os seus serviços, deve tomar medidas”.

O autarca vai mais longe e apresenta uma sugestão original: “Como o quadro do centro de saúde de Ourém contempla 26 médicos, dêem-nos o dinheiro do salário dos 26 médicos e as instalações que nós resolvemos o problema”.

O problema da falta de médicos de família no concelho de Ourém foi denunciado pelo autarca no dia 20 de Junho por ocasião do feriado municipal e já levou a requerimentos parlamentares feitos por deputados do PS e PCP.

Na sexta-feira, a falta de médicos de família no concelho foi também um dos assuntos debatidos na reunião da Assembleia Municipal, com vários membros deste órgão a considerarem ser este um “problema sério” e a disponibilizarem-se para outras ações que possam conduzir à sua resolução.

O coordenador em exercício da Sub-região de Saúde de Santarém, Carlos Ferreira, assegurou anteriormente à Agência Lusa que “está a tentar minimizar a situação”, anunciando a colocação a partir da próxima terça-feira de um médico de família na extensão de saúde do Olival, a freguesia “mais desguarnecida de médicos”.

Carlos Ferreira explicou ainda que foi “um conjunto de aposentações de pessoal médico” que levou ao “défice significativo de pessoal médico” em Ourém e noutros centros de saúde do distrito de Santarém.

O concelho de Ourém tem 18 freguesias. Os últimos Censos, de 2001, apontam a existência de mais de 46 mil habitantes. - **Lusa**



Notícias do Algarve

PSD luta, ao lado das populações, por melhorias na qualidade de vida

Numa das mais concorridas Assembleias de Freguesia realizadas na Vila de Alvor, o Presidente da Junta daquela Freguesia referenciou que “Desde 1975 que nunca tinha visto nada assim”.

O salão de festas foi pequeno para acolher os inúmeros residentes das zonas limítrofes da Freguesia que lutam, desde longa data, por melhorias nos seus locais de residência.

Após a conquista de uma reivindicação, resultante de meses de trabalho dos representantes do PSD à Freguesia, iniciaram-se as obras de melhoria na zona de ‘Alagoas’ facto realçado por alguns moradores contando que as mesmas sejam, desta vez, concluídas.

Considerando que o sítio da «Dourada» se encontra em piores condições os presentes, maioritariamente residentes nessa zona, apoiaram a Moção do PSD que reclama intervenção idêntica. Esta Moção foi acompanhada de inúmeras fotografias que ilustravam bem o descalabro em que o local se encontra.

PSD de Lagos acusa autarquia de “falhar na limpeza e manutenção de espaços comunitários”

O PSD/Lagos acusou hoje a autarquia de “falhar” na limpeza e manutenção dos espaços urbanos, mas o presidente da Câmara refuta as

acusações e considera que os social-democratas “procuram protagonismo a qualquer custo”.

Segundo o vereador e líder do PSD/Lagos, Nuno Marques, “o sistema de deposição e recolha de lixo é ineficiente, e alguns locais públicos sob responsabilidade municipal denotam degradação e aparente abandono”.

Para Nuno Marques, “são situações terceiro-mundistas que não se justificam”, até porque, alega, a Câmara Municipal de Lagos “possui recursos financeiros em abundância para as evitar”.

“O problema é político e de políticas erradas que têm sido seguidas por este executivo e não de falta de meios”, refere aquele vereador.

Nuno Marques disse ainda que “intercedeu junto da autarquia para melhorar a limpeza e manutenção de espaços públicos nas povoações de Almádena, Vila da Luz e de Burgau, zonas de grande actividade turística”.

O PSD defende a recolha selectiva de resíduos porta-a-porta em zonas de maior concentração habitacional e comercial para melhorar o sistema de higiene urbana, e aponta como prioridade futura a requalificação de espaços públicos.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Câmara de Lagos, Júlio Barroso, desvalorizou as críticas e acusa o líder e vereador do PSD de “procurar protagonismo a qualquer custo”. - **Lusa**

O Concelho, em festa, celebrou o S. Pedro



O Concelho de Sintra esteve em festa durante o passado fim-de-semana, por altura dos festejos de S. Pedro, padroeiro do município. O ponto alto ocorreu dia 27 de Junho, pelas 21H30, no Largo do Palácio da Vila, com o SintraFashion, com entrada livre, local onde se realizou, dia 29, pelas 22H00, um concerto com Luís Represas, Pedro Abrunhosa e Mafalda Arnauth, igualmente de entrada livre.

Música, teatro, arraiais, animações de rua e muito, muito mais.... As ruas de Sintra encheram-se de cor e movimento, e todos os municípios foram convidados a participar nos vários eventos culturais e lúdicos.

A população de Sintra teve oportunidade de assistir à apresentação das novas colecções dos estilistas Augustus, Júlio Torcato, Carlos Gil, Dorez Osório, Pedro Mourão e do joalheiro Gil de Sousa, dia 27 de Junho, pelas 21H30, no Largo do Palácio Nacional de Sintra.

Destaque para **concertos de Jazz**, com o quarteto “Salt Peanuts”, dia 27, pelas 22H00, na Biblioteca Municipal de Sintra, para a **Feira Romana** onde uma reconstituição histórica de legionários e gladiadores combateram no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, permitindo a todos uma verdadeira viagem ao passado nos dias 28 e 29, das 15H00 às 23H30, com entrada livre; e ainda para a iniciativa “**Câmara Aberta**” que dias 28 e 29, entre as 15H00 e as 22H00, abriu pela primeira vez as portas dos Paços do Concelho à população que teve a oportunidade de simultaneamente, assistir a seis concertos de música clássica. Para tal, o edifício dos Paços estava devidamente iluminado e decorado a preceito. Pelas ruas passearam-se reconstituições de pares românticos que animaram o centro histórico da Vila.

O dia 29 de Junho, dia de S. Pedro e feriado municipal no concelho de Sintra, iniciou-se com o hastear da bandeira nos Paços do Concelho, pelas 10H00.

Mais tarde, pelas 11H30 foi inaugurada a Casa da Cultura de Mira Sintra - espaço de convívio há muito desejado pela população que vai poder reunir-se e praticar diversas actividades - com um teatro, um concerto e um recital de música, bem como exposições de pintura e escultura.

O Museu Ferreira de Castro inaugurou, pelas 16H00, a exposição “Meu caro Ferreira de Castro”, para depois apresentar duas conferências e a projecção do filme “A Selva” de Leonel Vieira.

A finalizar as festas de Sintra, a autarquia convidou todos os sintrenses a assistir no dia 29 de Junho, pelas 22H00, no Largo do Palácio Nacional de Sintra, a um concerto com Luís Represas, Pedro Abrunhosa e Mafalda Arnauth.

Programa geral das Festas

27 de Junho

Largo do Palácio da Vila

Ø Sintra Fashion, 21h30. Entrada livre

Jardins da Casa Mantero, Biblioteca Municipal de Sintra

Ø Quarteto de jazz Salt Peanuts, 22h00

28 de Junho

Museu Ferreira de Castro

Ø Abertura do Museu/ 14H00-18H00, com realização de visitas orientadas

Ø Projectção do Documentário “Vida e Obra de Ferreira de Castro”, do realizador Faria de Almeida, datado de 1971. Sessões contínuas. Entrada livre.

Ø Música ambiente do tempo de Ferreira de Castro.

Recinto Exterior do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas.

Ø 15h00 às 23h30 – *Rota das Feiras* – FEIRA ROMANA: legionários e gladiadores permitem viagem ao passado. Entrada livre

Volta do Duche

17h00 – Inauguração da Exposição de Escultura ao Ar Livre “*Sintra Arte Pública V*”

Largo Rainha D. Amélia

Ø 18h00 - Associação Danças com História

Paços do Concelho/15h00-22h00

Câmara Aberta

Exposição “Sintra, passado e presente”, e animação com a presença de pares românticos.

Iluminação Decorativa do Edifício

Ø 15h30 – Grupo de Música de Câmara 1º Tempo

Ø 16h30 – *Dolce Folia* – Música Antiga

Ø 17h30 – Trio *Pasculli*

Ø 18h30 – *Cordatum*

Ø 19h30 – Trio *Aulus Consort*

Ø 21h30 – Quarteto *Opus 4*

29 de Junho

Edifício dos Paços do Concelho

Ø 10h00 - **Cerimónia do Hastear da Bandeira**, actuação da Banda da Sociedade Filarmónica e Recreativa de Pêro Pinheiro.

Inauguração Da Casa Da Cultura De Mira Sintra

Ø 18h30; Descerramento da placa alusiva à inauguração da Casa da Cultura de Mira Sintra;



Ø 18h45 - Cerimónia oficial e assinatura de protocolos de cedência de salas à Sociedade Filarmónica de Mira Sintra, ao Sintra Estúdio de Ópera e Associação Cultural *teatromosca*;

Ø 19h00 - Entrega de Medalhas de Mérito Municipal a várias colectividades e municípios;

Ø 19h20 - Inauguração da Exposição de Pintura “*Informalismos*” de Rui Henriques, acompanhada de uma performance de dança contemporânea de

Martha Cardozo;

Ø 19h30 – Recital de música de câmara com o Sintra Estúdio de Ópera: “Modinhas e cantorias dos finais do século XVIII”

Museu Ferreira de Castro

Ø Abertura do Museu entre as 14h00 e as 18h00, com realização de visitas orientadas;

Ø 16h00 - Inauguração da Exposição “ Meu caro Ferreira de Castro”;

Ø 16h30/17h00 – Duas conferências, a proferir por: Prof.ª Dra Helena Langrouva intitulada “As Cartas de Luís de Camões” e Prof.ª Dra Fernanda Menéndez intitulada “Correspondência de Ferreira de Castro”;

Ø Projectão, 14h00/16h00, do Filme “A Selva”, de Leonel Vieira, datado de 2002, para o público em geral;

Ø Música ambiente do tempo de Ferreira de Castro nos intervalos das actividades.

Paços do Concelho/15h00-22h00

Câmara Aberta

Exposição “Sintra, passado e presente”, e animação com a presença de pares românticos. Iluminação Decorativa do Edifício

Ø 15h30 – *Cordatum*

Ø 16h30 – Trio *Aulus Consort*

Ø 17h30 – Trio *Pasculli*

Ø 18h30 – Ardecoro

Ø 19h30 – *Dolce Folia* – Música Antiga

Ø 21h30 – Quarteto *Opus 4*

Quinta Nova da Assunção, em Belas

Ø 16h00 - Exposição de Final de Ano Lectivo de 2007/08 do Curso de Pintura da Sociedade Nacional de Belas Artes - 29 de Junho até 26 Julho

Av. Heliodoro Salgado

Ø 17h30 - Inauguração do busto do Dr. Joaquim Simplicio dos Santos

Recinto exterior do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas.

Ø 15h00 às 23h30 – *Rota das Feiras* – FEIRA ROMANA: legionários e gladiadores permitem viagem ao passado. Entrada livre



Notícias do Algarve

PSD luta, ao lado das populações, por melhorias na qualidade de vida



Numa das mais concorridas Assembleias de Freguesia realizadas na Vila de Alvor, o Presidente a Junta daquela Freguesia referenciou que “ Desde 1975 que nunca tinha visto nada assim”.

O salão de festas foi pequeno para acolher os inúmeros residentes das zonas limítrofes da Freguesia que lutam, desde longa data, por melhorias nos seus locais de residência.

Após a conquista de uma reivindicação, resultante de meses de trabalho dos representantes do PSD à Freguesia, iniciaram-se as obras de melhoria na zona de ‘Alagoas’ facto realçado por alguns moradores contando que as mesmas sejam, desta vez, concluídas.

Considerando que o sítio da «Dourada» se encontra em piores condições os presentes, maioritariamente residentes nessa zona, apoiaram a Moção do PSD que reclama intervenção idêntica. Esta Moção foi acompanhada de inúmeras fotografias que ilustravam bem o descabro em que o local se encontra.

PSD de Lagos acusa autarquia de “falhar na limpeza e manutenção de espaços comunitários”

O PSD/Lagos acusou hoje a autarquia de “falhar” na limpeza e manutenção dos espaços urbanos, mas o presidente da Câmara refuta as acusações e considera que os social-democratas “procuram protagonismo a qualquer custo”.

Segundo o vereador e líder do PSD/Lagos, Nuno Marques, “o sistema de deposição e recolha de lixo é ineficiente, e alguns locais públicos sob responsabilidade municipal denotam degradação e aparente abandono”.

Para Nuno Marques, “são situações terceiro-mundistas que não se justificam”, até porque, alega, a Câmara Municipal de Lagos “possui recursos financeiros em abundância para as evitar”.

“O problema é político e de políticas erradas que têm sido seguidas por este executivo e não de falta de meios”, refere aquele vereador.

Nuno Marques disse ainda que “intercedeu junto da autarquia para melhorar a limpeza e manutenção de espaços públicos nas povoações de Almádena, Vila da Luz e de Burgau, zonas de grande actividade turística”.

O PSD defende a recolha selectiva de resíduos porta-a-porta em zonas de maior concentração habitacional e comercial para melhorar o sistema de higiene urbana, e aponta como prioridade futura a requalificação de espaços públicos.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Câmara de Lagos, Júlio Barroso, desvalorizou as críticas e acusa o líder e vereador do PSD de “procurar protagonismo a qualquer custo”. - **Lusa**

Notícias do Porto

Junta Metropolitana do Porto prossegue contactos sobre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro

A JMP decidiu promover uma reunião conjunta com a Associação Empresarial de Portugal (AEP), Associação Comercial do Porto (ACP) e Sonae/Soares da Costa – instituições com as quais já manteve encontros parcelares – sobre o futuro modelo de gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

A reunião, anunciada por Rui Rio, deverá realizar-se ainda na primeira quinzena de Julho, sem prejuízo dos contactos exploratórios que, entretanto, a Direcção da Junta irá efectuar junto da Associação Industrial do Minho e da Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA), tendo em vista recolher opiniões ou eventuais contributos sobre este dossiê.

O Presidente da JMP destacou, a propósito, o ambiente de unidade e de consenso que tem vindo a ser gerado e reforçado em torno desta matéria de grande importância para a Região Norte de Portugal.

«Se a JMP conseguir, efectivamente, juntar estas vontades de uma forma tranquila e civilizada, poderemos dar um passo importante no sentido de o Aeroporto Francisco Sá Carneiro ficar ao serviço da economia regional e não ao serviço da rendibilidade do novo Aeroporto de Lisboa», declarou.

Despesas com «recibos verdes» não deveriam ultrapassar 1,5% das despesas com o pessoal do ano anterior

Por outro lado, aquela estrutura intermunicipal, pela voz do seu Presidente, manifestou, uma vez mais, a sua preocupação pelo elevado grau de subjectividade da lei dos chamados



«recibos verdes», cuja alteração, aliás, foi já solicitada ao Ministro das Finanças.

Tal como se encontra redigida, esta lei confere uma grande latitude discricionária aos tribunais, que, através de critérios puramente subjectivos, poderão vir a obrigar os autarcas a pagar do seu bolso despesas consideradas ilegais relacionadas com a liquidação dos «recibos verdes».

Para evitar futuros dissabores, a JMP propôs ao titular das Finanças balizas objectivas quanto a esta matéria. Segundo adiantou Rui Rio, a proposta consiste em que as Câmaras

possam contratar a prestação de serviços a «recibos verdes» até um limite máximo de 1,5% das despesas com o pessoal do ano anterior.

«Como sei quanto gastei com despesas com o pessoal do ano passado, sei também que este ano os recibos verdes não podem ultrapassar 1,5% desse valor. Se ultrapassar, então, muito bem, poderei ter de pagar do meu bolso, mas aí eu sei exactamente as linhas com que me coso e não fico dependente dos critérios subjectivos dos juizes», exemplificou o líder metropolitano, que criticou o facto desta lei, tal como está, não contribuir para a clara separação entre o que é político e o que é jurídico, muito pelo contrário.

A intenção é agora proceder à entrega formal e conjunta do documento aos Governadores Cívicos do Porto e Aveiro, bem como ao envio de um exemplar ao Ministro da Administração Interna.

REN, destinadas aos Programas Operacionais (PO's) Temáticos, possam ser utilizadas em Lisboa se forem aplicadas em projectos considerados de interesse nacional.

A iniciativa, agora confirmada, seguirá o seu curso, perante o silêncio do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Nunes Correia, a quem tinha sido solicitada a alteração daquele diploma.

Aprovado Plano Metropolitano de Protecção Civil

Na sua última reunião, a JMP aprovou o Plano Metropolitano de Protecção Civil, de acordo com o que está estipulado na lei das Áreas Metropolitanas.

Apesar de não ter aplicação directa, este Plano, bastante completo e extenso, teve pelo menos a virtude de todos os municípios que integram a AMP actualizarem as suas bases de dados e os seus próprios planos de protecção civil à escala municipal.

Porto de Futuro: CMP combate abandono escolar com prémio de mérito

A Câmara do Porto entregou vários prémios de mérito a alunos do 6º ano de escolaridade, no âmbito do programa educacional municipal «Porto de Futuro». A cerimónia decorreu no CACE Cultural do Porto e marcou o encerramento do projecto «Consegui! – Prémio de Mérito Escolar».

Participaram neste projecto alunos de turmas do 6º ano, com percursos



curriculares alternativos, da EB2,3 Augusto Gil, da EB2,3 Leonardo Coimbra (Filho) e da EB2,3 do Cerco.

Foram sujeitos a concurso quatro trabalhos sobre duas temáticas: “Eu amanhã”, sobre o mundo das profissões e a construção de projectos vocacionais; e “Viver a Diferença”, que desmistifica preconceitos que estão na base de atitudes e comportamentos de discriminação.

As turmas envolvidas no primeiro tema tiveram a possibilidade de efectuar estágios em algumas das empresas parceiras do Programa Porto de Futuro, nomeadamente na Ibersol e Auto Sueco, nos Sapadores de Bombeiros do Porto e na Direcção Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos.

Dos 34 alunos participantes, 21 foram premiados com um prémio de mérito escolar que consiste numa estadia de 4 dias num campo de férias da Movijovem, onde, sob a supervisão de monitores especializados, poderão usufruir de um conjunto vasto de actividades lúdicas e de lazer.

Os prémios foram entregues pelo Vereador do Pelouro da Educação, Juventude e Inovação, Vladimiro Feliz, numa cerimónia que contou ainda com



a presença do Director Regional Adjunto da Direcção Regional de Educação do Norte, António Leite, representantes das empresas envolvidas, encarregados de educação, professores e representantes dos concelhos executivos das escolas.

Este Projecto pretende ser uma referência nacional/internacional na prevenção e minimização do abandono escolar de alunos em risco, contribuindo para que estes mantenham o rumo, através da valorização da sua imagem e das suas capacidades, atribuindo um sentido de utilidade e de vocação à escola e promovendo a resiliência escolar como factor preventivo do abandono escolar.

O objectivo do projecto é incentivar os alunos de maior vulnerabilidade e cujo comportamento e demais condições sejam reveladoras de risco de abandono escolar, premiando aqueles que frequentem as aulas com assiduidade e concluem o ano escolar, desafiando-os assim a participar num projecto conjunto, aliciente e de desenvolvimento pessoal.

– Fonte: Lusa, fotos Gab. Imp. CM Porto

Notícias dos Açores

Um Governo do PSD “nunca sonegará” informação aos açorianos

O líder do PSD/Açores assegurou hoje que um governo social-democrata “nunca sonegará” informação aos cidadãos, ao considerar que a Região enfrenta actualmente uma situação de “ameaça profunda” à democracia.

“Um governo do PSD nunca sonegará informação ao parlamento, nunca negará a ida de um membro do governo a parlamento e nunca se oporá à total clarificação das questões que dizem respeito a todos”, afirmou Costa Neves, na abertura das jornadas parlamentares do PSD/Açores.

O líder social-democrata salientou que o governo socialista “não responde aos requerimentos dos deputados, como no caso da compra da nova frota de aviões da SATA, e recusa-se a ir ao parlamento responder às questões dos deputados, como foi o caso da secretária do Ambiente”, a propósito da contaminação dos aquíferos da Terceira.

Dirigindo-se ao grupo parlamentar social-democrata, o presidente do PSD/Açores incitou os deputados do seu partido “a apurarem até às últimas consequências todos os assuntos que



necessitem de ser esclarecidos”.

Costa Neves deu como exemplos a necessidade de se apurar “o que passa com as águas superficiais e subterrâneas na ilha Terceira, em particular no concelho da Praia da Vitória, nomeadamente junto à base das Lajes”, bem como saber o que sucede com os despedimentos colectivos de portugueses na base norte-americana.

Acerca da renovação da frota da SATA Air Açores, o líder social-democrata afirmou que, “ou o governo esclarece as fundadas suspeições de que o processo não é linear como dizem, ou o caso vai para as instâncias judiciais”.

O presidente do PSD/Açores alertou ainda para as dificuldades financeiras que a Universidade dos Açores atravessa, ao considerar que “os socialistas de cá e de lá estão a pôr a universidade de pantanas e recusaram a majoração de 30 por cento à fórmula de financiamento proposta pelo PSD”.

Jorge Macedo, porta-voz do PSD, exige explicações sobre renovação da frota da SATA

O PSD/Açores anunciou que vai entregar à Procuradoria Geral da República e ao Tribunal de Contas documentação que sugere “irregularidades graves” no processo de renovação da frota da SATA Air Açores, caso o governo regional mantenha o “silêncio comprometedor” sobre a matéria.

“O PSD, ciente das suas responsabilidades, vai aguardar até 1 de Julho pela resposta. Se até lá o governo insistir em ocultar a informação e a documentação pedida no requerimento, o PSD não será cúmplice desta situação e vai entregar no Tribunal de Contas e na Procuradoria Geral da República a documentação que tem na sua posse, a qual sugere, no mínimo, irregularidades graves no processo de compra dos aviões para a SATA Air Açores”, afirmou Jorge Macedo, porta-voz do PSD/Açores para os Transportes, em conferência de imprensa.



Em causa está a falta de resposta do executivo a um requerimento parlamentar, apresentado a 10 de Abril, em que os social-democratas solicitaram “documentação do processo de concurso, para avaliar a veracidade das irregularidades referenciadas na carta dirigida [pela ATR] ao presidente do governo”.

Jorge Macedo recordou que a ATR, o concorrente preterido no concurso de renovação da frota da SATA Air Açores, referiu que a escolha da SATA “parece estar ditada por outros interesses”, o que gerou um clima de “enorme suspeição sobre um negócio de 72 milhões de euros”.

“A renovação da frota da SATA Air Açores é uma prioridade para os açorianos e não pode decorrer sob suspeita de irregularidades, falta de transparência ou condicionada por ‘outros interesses’”, considerou.

O PSD/Açores pretende saber “se foram ou não alteradas, a meio do processo, as regras do concurso e se essas alterações foram dadas a conhecer, em pé de igualdade, a ambos os concorrentes”.

Os sociais-democratas querem, também, que o governo regional explique a opção pelo “avião com preço mais elevado, com custos de

operação e manutenção mais elevados, com consumo de combustível mais elevado e com emissões de CO2 mais elevadas”.

PSD propõe redução de 30 % de IRS para todos os açorianos

O PSD/Açores apresentou em conferência de imprensa, na cidade da Horta, um projecto de decreto legislativo regional que defende uma redução de 30 por cento no IRS para todos os açorianos.

A proposta, já anteriormente anunciada pelo líder regional do PSD, Costa Neves, pretende abranger todos os escalões de rendimentos de igual forma, a partir de Janeiro de 2009.

Segundo Clélio Menezes, líder do Grupo Parlamentar social-democrata na Assembleia Legislativa dos Açores, «as dificuldades que vivem as famílias açorianas e, em geral, a economia da região», justificam a adopção de medidas como esta.

«É, de facto, exigível, que a possibilidade legal de redução das taxas de IRS até 30% seja concretizada em benefício de todos os açorianos», sublinhou o deputado do PSD.

Segundo os parlamentares social-democratas, esta redução deve atingir «todos os escalões de igual modo», consagrando uma redução nas taxas dos rendimentos colectáveis dos cidadãos açorianos.

«Atingir a redução de 30% nas taxas nacionais do IRS é uma opção política assumida com coerência pelo PSD, desde 1999, quando apresentou as primeiras propostas de redução das taxas nacionais de IRS e IRC na Região», recorda Clélio Menezes.

A proposta do PSD surge depois do presidente do Governo regional, Carlos César, já ter anunciado no final do ano passado, a intenção de reduzir o IRS nos Açores, em 30 e 25 por cento nos primeiros escalões, redução que os social-democratas entendem não ser «abrange».

Essa não é a opinião do vice-presidente do Governo, Sérgio Ávila, que entende que a proposta do

executivo socialista assegura «mais justiça e equidade social na distribuição» dos benefícios fiscais, favorecendo as pessoas com «menos rendimentos».

Recorde-se que a primeira redução de IRS nos Açores ocorreu em 1999, na altura, de 15 por cento, percentagem que aumentou no ano fiscal seguinte para 20 por cento, e que ainda hoje vigora.

Comissão Política do PSD/Faial denuncia que

Governo regional asfixia Centro de Saúde da Horta

1. O Quadro de Pessoal Médico que existia no Centro de Saúde da Horta era o seguinte: três chefes de serviço e onze clínicos gerais. Mas, a recente aprovação do Quadro de Ilha significou uma redução de três lugares, diminuindo de catorze para onze o número de vagas de pessoal médico no Centro de Saúde da Horta.

2. Esta inexplicável redução cria uma situação altamente preocupante que pode pôr em risco uma competente e eficaz resposta do Centro de Saúde da Horta às necessidades da população, uma vez que poderá inviabilizar a entrada para o Quadro do número de médicos necessários às muitas áreas em que o Centro de Saúde da Horta intervém.

3. Por outro lado, dos nove médicos da carreira de Medicina Geral e Familiar actualmente ao serviço no Centro de Saúde da Horta, dois já ultrapassaram o limite de idade que os dispensa do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) e, nos próximos três anos, mais quatro médicos estarão na mesma situação, o que torna fácil prever graves constrangimentos, quer no funcionamento do SAP, quer na regularidade e rapidez de resposta às consultas programadas.

4. Entretanto, o Governo Regional divulgou que o Secretário da tutela havia autorizado nove centros de saúde e duas unidades de saúde de ilha a atribuírem este ano subsídios de fixação para médicos de Medicina





Geral e Familiar. Dessa lista de centros de saúde não consta o Centro de Saúde da Horta.

5. Ora, o Governo Regional dos Açores, ao não ter em conta a realidade existente no Centro de Saúde da Horta nem o contexto da evolução do seu quadro médico a curto prazo, ao reduzir o número de lugares de médicos do Quadro do Centro de Saúde da Horta e ao excluir esta instituição dos mecanismos de incentivos à sua fixação, está a criar as condições para se acentuarem situações de desequilíbrio inaceitáveis no Centro de Saúde da Horta.

6. A Comissão Política do PSD da Ilha do Faial responsabiliza directamente o Governo Regional do Partido Socialista pelos constrangimentos e dificuldades que venham a ocorrer no Centro de Saúde da Horta, motivadas por estas medidas impensadas.

7. A Comissão Política do PSD da Ilha do Faial responsabiliza directamente o Governo Regional do Partido Socialista pelas dificuldades que vão recair sobre os utentes, vítimas da falta de médicos para responder às suas necessidades.

8. A Comissão Política do PSD da Ilha do Faial, atenta à situação e na defesa intransigente do papel insubstituível do Centro de Saúde da Horta na prestação dos cuidados de saúde aos habitantes desta ilha, denuncia esta decisão penalizadora do Governo Regional e, entre as medidas a adoptar, já questionou o executivo de Carlos César através dos seus deputados eleitos pelo Faial.

9. Na defesa dos superiores interesses da nossa população, o PSD do Faial manterá um acompanhamento muito próximo da evolução da situação.

“Asfíxia” do Centro de Saúde da Horta em requerimento oficial ao Governo Regional
 Requerimento

Considerando que o Quadro de Pessoal Médico que existia no Centro de Saúde da Horta era constituído por três chefes de serviço e onze clínicos gerais;

Considerando que a recente aprovação do Quadro de Ilha significou uma redução de três vagas do quadro de médicos do Centro de Saúde da Horta, que passou a ser constituído por três chefes de serviço e oito clínicos gerais;

Considerando que dos nove médicos da carreira de Medicina Geral e Familiar actualmente ao serviço, dois já ultrapassaram o limite de idade que os dispensa do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) e nos próximos três anos mais quatro médicos estarão na mesma situação;

Considerando que, face ao exposto, é fácil prever graves constrangimentos, quer no funcionamento do SAP, quer na regularidade e rapidez de resposta às consultas programadas do Centro de Saúde da Horta;

Considerando que, neste contexto, carece de absoluta compreensão que o Governo Regional tenha reduzido o número de vagas do quadro de médicos do Centro de Saúde da Horta deixando esta instituição em situação de pré-ruptura;

Considerando ainda que no contexto atrás descrito é também inaceitável a decisão do Governo Regional em deixar o Centro de Saúde da Horta de fora dos incentivos à fixação para médicos de Medicina Geral e Familiar aprovados para outros Centros de Saúde de outras ilhas dos Açores;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Quais as razões que determinaram que o Centro de Saúde da Horta não fosse incluído na lista de Centros de Saúde que beneficiam de

incentivos à fixação de médicos de Medicina Geral e Familiar?

2. Não entende o Governo Regional que face ao quadro existente e à evolução prevista a curto prazo para o Centro de Saúde da Horta, se justificaria plenamente a sua inclusão nos incentivos previstos?

3. Quais as razões que determinaram a redução de três vagas do pessoal médico do Centro de Saúde da Horta no novo Quadro de Ilha?

4. Tem o Governo Regional consciência das implicações negativas que tal medida pode implicar a curto prazo no desempenho eficaz das atribuições que estão cometidas aquele Centro de Saúde?

5. Está o Governo Regional disposto a rever a sua decisão e a alterar o Quadro de Ilha naquele particular, contemplando assim as reais necessidades do Centro de Saúde da Horta?

6. Está o Governo Regional disposto a rever a sua decisão e incluir o Centro de Saúde da Horta na lista das unidades com direito aos incentivos aos médicos de Medicina Geral e Familiar?

Assina, Jorge Costa Pereira, Deputado Regional

PSD quer americanos a tratar água da Praia e das Lajes

O PSD da Praia da Vitória propôs hoje ao governo regional e à câmara municipal da cidade “que desenvolvam esforços junto das autoridades norte-americanas” para que aquelas passem, o mais rapidamente possível “a tratar a água que abastece a zona envolvente à base militar”, lê-se num comunicado difundido esta tarde. Os social-democratas locais referem mesmo que a estação de tratamento de água para abastecimento aos americanos “tem capacidade para filtrar metais pesados, contrariamente ao tratamento efectuado pelas câmaras municipais”, pelo que seria possível que a mesma tratasse água “em quantidade suficiente para fornecer a cidade da Praia e a Vila das Lajes”, adiantam.

A concelhia liderada por Paulo

Ribeiro advoga que “não podemos continuar expostos a eventuais contaminações nem colocar em risco a nossa saúde”, pelo que esta medida viria na continuação das exigências do PSD/Açores que, a 2 de Maio passado, exigiu a “urgente monitorização” do aquífero das Lajes com o objectivo de perceber a extensão da sua alegada contaminação.

Recorde-se que a posição laranja surgiu na sequência de denúncias que foram tornadas públicas, em órgãos de comunicação social locais e nacionais, e ainda através de documentos a que o PSD teve acesso, sendo que eventual contaminação do aquífero das Lajes provocou uma situação “de desconfiança generalizada”, particularmente na cidade da Praia da Vitória e na Vila das Lajes, “à qual as autoridades responsáveis não deram qualquer tipo de resposta imediata”, dizem os social-democratas.

Já no final de Maio, a autarquia optou por encomendar ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) um estudo para análise dos aquíferos do concelho, sabendo-se que a referida entidade apresentará, em Julho, um projecto para essa análise. Para o PSD trata-se então, “e como se vê, de um projecto”, enquanto isso, continuam as denúncias públicas “de existência de metais pesados nos solos da ilha e os habitantes das imediações da base mantêm a desconfiança”, diz o comunicado.

Assim, “e apesar das garantias dadas pela câmara e do prometido estudo do LNEC”, a população do concelho da Praia não pode ficar “eternamente à espera”, ainda mais quando é público que a própria Força Aérea Portuguesa admitiu “existirem solos contaminados com hidrocarbonetos”. Pelo que, para o PSD, já é tempo de a edilidade e o governo, através da secretaria regional do Ambiente e do Mar, “tomarem medidas rápidas para garantir o abastecimento de água nas melhores condições de salubridade e segurança”, já que por ora apenas se está “continuamente à espera de estudos”, concluem. – Fontes: Gab. Imp. ALRA



e Lusa; fotos, arquivo Povo Livre

Notícias da JSD de Portimão

A JSD (Juventude Social Democrata) pede à Câmara Municipal de Portimão que lhe conceda 300 mil euros para pôr Portimão a pensar. Portimão e os Portimonenses precisam de ver o que se passa, precisam de ver para onde vai e para onde devia ir toda a fortuna que, supostamente, existe na cidade.

Vejamos, então, o que se poderia fazer com 300 mil euros caso Portimão estivesse a pensar:

- recuperação das fachadas do centro de Portimão
- torneios desportivos com inscrição gratuita
- fazer do Março Jovem um programa que abrangesse todo o ano e tornasse os restantes meses, também, Jovens
- construção de áreas desportivas no interior do concelho de Portimão
- workshops e actividades lúdicas
- protecção das arribas da costa portimonense
- incentivos ao uso de transportes públicos
- construção de mais espaços verdes, a juntar às rotundas já existentes
- reestruturação do tráfego rodoviário em Portimão
- revitalização do centro da cidade

Este pedido surge em virtude da notícia de 16 de Junho, do DN, onde diz que a ExpoArade e o Sasha vão **investir 300 mil euros na redução do ruído deste bar**. A JSD esclarece que não sabe como é feita a repartição deste investimento pelas duas entidades. Mas basta que haja 1 euro dado pela ExpoArade (**empresa detida pela CMP**) para que se ponha em causa as condições com que este bar parte, em



comparação com os seus concorrentes.

Assim sendo, a JSD entende que também merece 300 mil euros porque com esse dinheiro poderá mostrar a Portimão a alternativa credível, fazendo uma diferente aplicação desse dinheiro.

A CMP afirma que o Sasha traz muito lucro para Portimão. Será que este lucro vem dos turistas que vão ao Sasha, mas passam o dia a comer

sandes feitas em casa? Será que este lucro vem dos turistas que dormem noutras cidades do Algarve e vêm cá apenas ver as estrelas do Sasha? E mesmo os que vão ao Sasha, será que a CMP recebe alguma percentagem por cada garrafa lá vendida? Será que o facto de se aparecer nas revistas significa mais lucro para Portimão? Pelo que se vê, significa menos, muito menos. No mínimo, menos 300 mil euros.

A JSD agradece o dinheiro que a Câmara Municipal de Portimão enviará. Mais, a JSD não se importa que a ExpoArade seja a emissora do cheque, caso isso facilite as contas.

Estes 300 mil euros reduziriam, também, muito barulho. Não o da JSD, que continuará sempre a fazer o que lhe compete: falar alto o que muitos pensam baixo! – **CPS/JSD-Portimão**

Notícias da JSD de Vila da Feira



No próximo dia 5 de Julho de 2008 (sábado) pelas 11:30, na Sede Concelhia do PSD Feira, sita na Rua dos Descobrimientos em Santa Maria da Feira, a Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD da Feira levará a efeito um acto de entrega de Cadeira de Rodas à Liga dos Amigos do Hospital de São Sebastião.

Através desta acção, pretende a comissão política do Núcleo da Feira mostrar simbolicamente ao Governo Socialista, a importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), entidades que, segundo nós, têm sido fortemente penalizadas, prejudicadas e pouco apoiadas pelas políticas do actual Governo.

Deste modo, damos o exemplo, mostrando que, a Juventude Social-Democrata está atenta e reconhece a utilidade das IPSS, bem como a sua meritória e importante acção.

Pretendemos com este gesto dizer que a política social é necessária e essencial para o desenvolvimento do nosso país, não estando por nós, Jovens Sociais-Democratas esquecida nem remetida para segundo plano. O nosso pequeno contributo resulta da organização e actividades levada ao longo deste ano, cujos lucros reverteram em favor deste objectivo, evidenciando assim que atitudes como esta deveriam ser seguidas - à escala e dimensão - pelo Governo que, presentemente, se encontra no poder. – **CPNúcleo Vª da Feira/PSD**

O Governo do Partido Socialista está esgotado

«O Grande Pacote»

O PSD veio defender, e bem, que perante a situação económica nacional e internacional sem fim à vista, deveriam ser repensadas todas as obras faraónicas que o Governo Socialista pretende lançar.

Segundo o Diário de Notícias de 24/06/2008, o total das obras anunciadas pelo Governo seria de 19.306 milhões de euros!!!

Estará Portugal presentemente em condições de pagar tal factura?

A Crise Energética

Portugal tem vindo, desde há longo tempo, a seguir em matéria de transportes uma política errada.

O Transporte rodoviário tem tido a primazia com a abertura de modernas vias de comunicação por todo o país, levando a que os grandes camiões de Tir fossem praticamente os únicos protagonistas do abastecimento nacional.

Ao mesmo tempo a via-férrea foi desprezada e desactivada em muitos casos. Em vez de se investir na ferrovia, muito menos poluidora em CO2 e muito mais económica em combustível, foi-se para apenas ou quase o transporte rodoviário.

Agora sofremos todas as consequências.

Para quando uma política de transportes alternativa?

«Os Chicos-espertos»

A ERSE (Entidade Reguladora do Sector Energético) apresentou uma proposta de transferir para todos os consumidores de electricidade as facturas incobráveis da EDP-Distribuição. Mais ainda, avançou que os preços da

electricidade deviam ser revistos trimestralmente para os consumidores.

Deste modo, qualquer empresa monopolista poderia deixar de ter “calotes”. Assim pagava o justo pelo peccador. Felizmente que tal disparate mereceu, por agora, geral repúdio.

Mas, atenção, a intenção é o que nos preocupa.

«Adeus Senhor Ministro!»

O Ministro da Agricultura e Pescas envolveu-se numa polémica da qual não pode sair bem.

Disse em público que a CNA era controlada pela extrema-esquerda e a CAP pela extrema direita. E disse mais, que não haveria qualquer auxílio orçamental para o sector agrícola e que só restava aos agricultores produzir mais e melhor.

Com o aumento designadamente dos combustíveis, das rações para o gado e dos fertilizantes, onde vão os agricultores buscar dinheiro para aumentar a produção? Mas a “gaffe” política deveria ter levado o Primeiro-Ministro a demitir de imediato este Ministro, em vez de procurar defendê-lo com argumentos insustentáveis. Mas a desautorização pública é tal, que o próprio Primeiro-Ministro se sentiu na obrigação de ser ele próprio a dialogar com as referidas associações.

Que triste exemplo dá, também neste caso, o Governo Socialista. - **O Gabinete de Estudos dos TSD/AML**

Convocatórias



FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Figueira da Foz, para reunir no dia 11 de Julho de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua da Liberdade n.º 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

VIANA DO CASTELO

Vimos comunicar, que a Assembleia de Secção de Viana do Castelo marcada para o próximo dia 11 de Julho de 2008, pelas 21h00 no Hotel Viana Sol em Viana do Castelo e que já foi publicada no Jornal Povo Livre, foi adiada para o próximo dia 18 de Julho de 2008, à mesma hora e no mesmo local, conforme convocatória abaixo descrita.

Convocatória

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2008, pelas 21h00 no Hotel Viana Sol em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.



CONSELHO DISTRITAL DA JSD DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD do Porto, para reunir no próximo dia 11 de Julho de 2008, pelas 21 horas, no Centro Cultural do Campo, sito na Travessa de S. Domingos, em Campo – Valongo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Análise da situação política.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(André Cardoso)

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Assembleia Distrital de Lisboa (AM), para reunir extraordinariamente no próximo dia 10 de Julho de 2008, pelas 21h30, no Fórum Lisboa, sita na Avenida de Roma, n.º 14, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações do Presidente;
 - 2 – Preparação do próximo Plenário Distrital Eleitoral;
 - 3 – Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção da JSD da Trofa, para reunir no dia 2 de Agosto de 2008, entre as 15 horas e as 23 horas, na Sede

Concelhia do PSD Trofa, sita na Zona Industrial Ibacoc – Lantemil, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Comissão Política da Secção.

Notas:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Trofa, sita na Zona Industrial Ibacoc – Lantemil;

Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 15 horas às 23 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção da JSD Trofa

(Alberto Jorge Torres da Silva Fonseca)